

Revista anti-moderna, anti-liberal,
anti-democrática, anti-bol-
chevista e anti-bur-
guesa

ORDEM NOVA

Contra-
-revolucionária;
reaccionária; católica;
apostólica e romana; monár-
-quica; intolerante e intransi-
-gente; insolidária com escritores,
jornalistas e quaisquer profissionais
das letras, das artes e da imprensa

ANO 1.º

NOVEMBRO-DEZEMBRO

Fascículo 9-10

LISBOA

ORDEM NOVA

REVISTA MENSAL

Redactores fundadores :

Albano Pereira Dias de Magalhães

Marcello Caetano

Secretário e editor: *J. Fernandes Júnior*

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: *Largo do Directório, 8, 3.º-LISBOA*

Composição e impressão: *Imprensa Beleza—R. da Rosa, 99 a 107—LISBOA*

Propriedade de *José Fernandes Júnior*

SUMÁRIO

Nota mensal.....	—
A chaga da literatice	<i>Marcello Caetano</i>
S. Luís Gonzaga.....	<i>P.º Paulo Durão Alves S. J.</i>
Para que serve a autoridade?.....	<i>Albano Pereira Dias de Magalhães</i>
Mousinho da Silveira e a partida de D. João VI para o Brasil	<i>Rodrigues Cavalheiro</i>
A alavanca do progresso (II).....	<i>Pedro Teotónio Pereira</i>
Conceito de literatura (I).....	<i>Ruy</i>
Nota mensal	—
Pensamentos, Palavras & Obras: —	
«Dies irae...», <i>Abrantes Tavares</i> ; —	
A Restauração de Portugal, <i>Marcello Caetano</i> ; — «Ordem Nova» no Brasil (O veneno musical), <i>Mário de Albuquerque</i> ; — «Portugal, vasto império», <i>Augusto da Costa</i> .	



Nota Mensal

Dois de Novembro. Todo o mundo cristão recorda numa impressionante unidade, as almas daquêles que esperam no fogo purificador o ansiado momento da contemplação infinita.

Unem-se os vivos aos mortos pela prece, sentindo em si a solidariedade magnífica que faz com que cada um de nós seja a projecção actual duma linhagem que vem desde a criação. Somos túmulos vivos, [túmulos em que repousam reduzidos a imponderáveis e immateriais resíduos — sensações, sentimentos e paixões — os cadáveres dos nossos antepassados. Quando pensamos há sempre na nossa inteligência uma noção ou uma lição que êles nos legaram. Quando agimos, há nos nossos gestos qualquer coisa que lhes pertence. E quando num esforço de vontade nos dominamos, é com êles a nossa luta, com as suas fraquezas na tentação, com as suas transigências, os seus hábitos, — com o seu pecado, já transmitido desde Adão.

Foi neste dia que Maurice Barrés compreendeu que há um sentido na existência, mais alto e mais nobre que a própria individualidade. Perdido de Cristo, errando por caminhos desviados e agrestes, Barrés só depois de um árduo sofrimento moral chegou a descobrir incompletamente no escondido cemitério da sua Lorêna, a verdade que a Igreja Católica nos ensina no esplendor maravilhoso da sua litúrgia.

Mas não é só a comunicação dos santos que a Igreja celebra

em dois de Novembro. Nós, católicos, crêmos na ressurreição da carne. E' da ressurreição da carne, gloriosamente transformada, que nos fala o ofício dêsse dia. A «Parúsia» dos antigos cristãos é-nos anunciada pelo Apóstolo: «Nós ressuscitarêmos todos!» E então se verá o esplêndido triunfo «A victória foi destruída e absorvida por uma victória completa. O' morte onde está a tua victória? O' morte onde está o teu aguilhão?»

Dogma sobre todos maravilhoso e confortante, a piedade sentimental e doentia, medrosa das coisas fortes, temente de tudo aquilo que não seja «consolação», evita de falar nêle, pronunciando à pressa as palavras decisivas do Crêdo: Creio na ressurreição dos mortos! Não se lembram esses cristãos de pouca fé, que o «Amen» do simbolo vem justamente depois da firmação confiante: «Exspecto resurrectionem mortuorum et vitam venturi seculi». E êste facto fez dizer a Emilio Baumann, espirito encantador que devia ser conhecido pelo escol católico português, que um cristão — «é aquêle que espera»

Que esperamos nós? Esperamos a vinda do reino de Cristo, pedida todos dias, a libertação da lei fatal que nos prende e a purificação da terra maculada pelo pecado de nossos primeiros pais. Quando será não o sabêmos. «E' nêste tempo que Vós restabelecereis o reino de Israel?» perguntam antes da Ascensão os apóstolos. E o Senhor responde: «Não é da vossa conta saber os tempos e os momentos que o Pae tem posto no seu poder.» Mas o reino de Deus virá um dia, um dia em que «novos céus e uma nova terra serão dados para habitação dos justos»

Nesta esperança vivêmos lutando não pelo passageiro mas pelo Eterno, não pela ordem dos homens mas pela ordem de Deus. E não nos esqueçamos nunca da palavra apostólica: «Nesta expectativa, vivei sem mancha para que sejais encontrados em paz.»

A chaga da literatice

Uma das afirmações da «Ordem Nova» que mais espanto e indignação causou, foi a de sêr a nossa revista não solidária com os escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa. Esta declaração definía claramente a atitude assumida, dando a entender sem possibilidade de equívoco a irreductível inimizade pela camaradagem literária, pelos conluíos de livraria, pelo compadrío existente entre aquêles que se julgam irmãos no espírito, membros da mesma casta, senhores da mesma língua que o vulgo não entende, e portanto, constituídos na obrigação de mutuamente desculparem os seus deslizes, de mutuamente se protegerem — de mutuamente transigirem.

Aqui temos denunciado repetidamente a miséria que vai pela imprensa, as mentiras que constituem os seus dogmas, os abôrtos que fazem de seus ministros. Mas a oportunidade de invectivar a praga dos «intellectuais», «dos homens que fazem profissão de pen-

sar», dos «burocratas do pensamento» não tinha chegado ainda. Chegou agora — e chegou a tempo.

A Itália é um país que tenta reviver. Uma vez varridos os bacharéis, os políticos, os retóricos, todos os elementos infecciosos que envenenavam a nação, revelou-se ao mundo um Estado forte, um povo unido, consciente e decidido, que faz ouvir no Concerto das Nações a sua voz clara e enérgica, exprimindo uma vontade viril.

As dificuldades e as oposições surgiram logo de início. Primeiro os últimos românticos, depois os últimos canalhas, aquêles por causa de vagas ideologias a que ficaram fiéis, êstes porque, banidos duma nação honrada, precisavam de dar largas a êsse sentimento inferior e despresível que é a vingança.

A energia do *duce* limpou a Itália de tais elementos enfraquecedores, e foi então que a França, onde, neste século de Verdade, se acoita ainda toda a mentira que por obra sua se espalhou pelo mundo, a França onde nem os melhores se entendem e onde todos se corrompem, a França onde as esperanças de salvação são nulas e onde sopra um vento desolador que tudo confunde e perde, a França intentou, recebendo os indesejáveis italianos e rendendo à Itália em troca os indesejáveis franceses, intrometer-se na vida privada e honesta da *Itália rinovata*.

A reacção anti-francesa em Itália representa um

acto nobre de legítima defêsa. Mais: representa a tentativa admirável de salvar a Europa dos males que dia a dia a pátria da Revolução exporta e sustenta.

Estes sentimentos são hoje os de todo o povo italiano: governantes e governados. São hoje os de todos os homens de boa vontade que queiram vêr os factos tais, quais são. A revista fascista de alta cultura «900» exprimiu num dos seus primeiros números estas ideias, com tôda a sinceridade, clareza e verdade. Pois bem; a «camaradagem» literária dos seus colaboradores com os literatos franceses produziu os seus fructos: exactamente como qualquer dessas folhas diárias que desdiz hoje o que ontêm solenemente afirmou, a revista fascista num dos seus números seguintes apresentava-se com novo director e fazendo os mais vivos protestos de simpatia pela França. Eis como um povo é atraído nos seus sentimentos por uns mestres cantores pedantes e despudorados, conciliadores, meias-tintas, indecisos, incaracterísticos e sem coragem moral.

É preciso que chamêmos energicamente a atenção de todos os homens-bons para êste facto tremendo de sêr a qualidade de «intellectual» de profissão um índice quási — infalível de deshonestidade e corrupção. Não esqueçamos, não esqueçamos as palavras esbraçadas com que Proudhon os condenava: «Outrôra Nero foi artista, artista lírico e dramático, amanteapai-

xonado do ideal, adorador do antigo, coleccionador de medalhas, touriste, poeta, orador, polemista, sofista, um Don Juan, um Lovelace, um gentleman cheio de espírito, de fantasía, de simpatía, em quem transbordava a vida e a voluptuosidade. Por isso é que êle foi Nero.”

Os intellectuais de hoje não têm a grandeza que caracterizou a devassidão de Nero: são mais torpes, quando o são, porque são infinitamente burgueses, sem o quererem ser. Horroriza-nos neles a falta de coragem para exprimirem desassombradamente o que pensam, para castigarem duramente o que se erra. O que tem prejudicado as reacções salutaes dos povos têm sido sempre a intervenção dos juristas, dos rétoricos e dos filósofos, dos homens que encontram dois sentidos legítimos em cada palavra, duas soluções honestas para cada caso, duas saídas honrosas para cada dificuldade. São os homens das subtilezas e das argúcias, que torcem as palavras, iludem os sentidos e lançam a confusão na vida, fazendo bem do mal, justo do injusto, louvável do que é digno de reprovação. Nada lhes escapa, tudo se subverte, tudo se mistura, não há lícito nem ilícito, honra nem deshonra, nobreza nem infâmia. Êles são os grandes desorganizadores da vida moral de um povo.

Nós, que cremos na virtude da violência para curar as nações fundamente atacadas do mal, que cremos na verdade una e que por ela nos sacrificamos, que nada

concedemos preferindo salvarmo-nos perecendo no nosso posto a perdermo-nos recolhendo os louvores do mundo porque abandonámos o combate; nós, que cremos em Deus Padre Onnipotente, na vida eterna e em alguma coisa de mais nobre do que o barro transitório, que é a alma imortal, nós afirmamos bem alto que permanecemos em guerra aberta contra uma sociedade que se desfaz miseravelmente, seguros na nossa intransigência, firmes na nossa intolerância, mais do que nunca adversários daqueles que, dizendo servir a Verdade, a atraçoam e a vendem a todos os instantes pelos trinta dinheiros que rendeu a Judas a morte do Redentor...

Marcello Caetano

S. Luís Gonzaga

(No bi-centenário da sua canonização)

¿Terá a vida de S. Luís Gonzaga algum ensinamento oportuno para a mocidade de hoje? Decerto. Assim o pensa e proclama o Vigário de Cristo nas Letras Apostólicas — *Singulare illud* — de 13 de junho de 1926; e tanto bastaria para que também nós o confessássemos. Contudo, a leitura da biografia do santo leva-nos a uma convicção directa desta verdade. Pureza, energia, dedicação — eis em resumo a sua vida. ¡E quantas lições em tão breves palavras! Para nós, que andamos combatendo por uma Ordem Nova, que esteja em antagonismo completo com a sociedade actual corruta, mole, egoista —, são aquelas palavras outras tantas vozes de comando.

¡Pureza! Nela primariamente reconhecemos a grande força renovadora da vida individual e doméstica e por conseguinte da vida social. Com efeito, só o casto possui inteiro dominio de si mesmo, só êle é perfeitamente livre; só êle tem visão clara dos nobres ideais e alma desapegada do lodo para remontar-se até êles. Só pela castidade se prepara dignamente um lar cristão; só por meio dela se pode conseguir a felicidade doméstica. A mesma renovação espiritual da sociedade há de ser fruto desta flor inte-

merata. Diz uma lenda ingénua da Idade Média que a origem da flor-de-lis na bandeira da França foi o gesto gracioso duma criança, que ofertou a Clodoveu um lírio logo após o seu baptismo. Se uma branca açucena veio adornar aquele barbaro, mal foi regenerado pela graça; também qualquer sociedade intensamente cristã há de florescer espontaneamente em lírios de castidade. Ora se há virtude característica em S. Luís Gonzaga é sem dúvida a pureza virginal. Nele se verificou à letra a palavra da Escritura: «Oh! como é bela a geração dos castos; é imortal a sua memória!» De facto, o lírio que ostenta na mão é quem vai atraindo a seus altares gerações e gerações da mocidade cristã. Por isso não morre a sua lembrança. E quantos jovens, em horas críticas de tentação, não acharam no pensamento de Luís Gonzaga o esforço necessário para sair dela vitoriosos! Para que se desvanecesse a fascinação do mal bastou porventura dizer: Ó Luís Santo, adornado de angélicos costumes, eu vos encomendo a castidade da minha alma e do meu corpo.»

Mas na sua alma puríssima (como aliás em todos os santos que se distinguiram pela virtude angélica) a castidade aparece acompanhada doutras duas virtudes — a energia e a dedicação. É lei invariável: requiere-se grande soma de energia para conservar a pureza; mas esta, uma vez conseguida, expande-se naturalmente em bondade.

E pelo que toca à energia, basta folhear ao acaso a sua vida para nela depreendermos traços indeléveis de força indomável de carácter. Aos cinco anos apenas leva-o seu pai ao acampamento de Casal, onde ia preparar um contingente de três mil homens para a expedição de Tunis. Aqui se habitua o menino à vida rude, ao perigo, ao combate. Fazem-lhe armas para a sua estatura; deixam-no

em bastante liberdade, chegando certo dia a disparar uma peça de artilharia em grande risco de vida. Assim se ia acostumando a dominar o próprio corpo. Passam os anos e crescem com êles as seducções do mundo. Atraíem-no a opulência e o luxo? Será o pagem que se apresenta com maior simplicidade e modéstia na ostentosa côrte de Madrid. ¿Scintila fascinante a seus olhos a riqueza? Renunciará em seu irmão o marquesado com todos os seus títulos e domínios para se abraçar com a desprezada roupeta de jesuíta. ¿Cercam-no mil objectos perigosos? Lançará no fogo os romances que lhe ofereceram; obrigará seus olhos à modéstia mais recatada. ¿Foge-lhe acaso a fantasia durante os seus exercícios de piedade? Recomeçá-los-há sem desfalecer até conseguir uma hora inteira de meditação sem distracções. Mas o maior sacrificio, que teve de realizar, não foi nenhum dos até agora apontados.

Um dia a voz de Jesus fez-se-lhe ouvir claramente como ao jôvem do Evangelho — «*sequere-me*», «*segue-me!*» E Luís dispôs-se immediatamente para obedecer ao chamamento divino. Pede a seu pai licença de partir... Como que fulminado por semelhante resolução, o velho marquês não sabe que responder, mas passado o primeiro momento de espanto, irrita-se, exalta-se, ameaça, pede, supplica, soluça... Seria preciso conhecer os tesoiros de acrisolado affecto, que se encerram numa alma pura, para rastrear de longe quão doloroso devia ser para Luís o sacrificio que a vocação religiosa dele exigia. E três anos durou esse combate contra Deus, que inflexivelmente repetia — «*Vem e segue-me*» — e o pai, que desfeito em pranto supplicava:

«*Meu filho, não deixes a teu pai*». O coração do santo era dilacerado por estes dois affectos; mas não desfaleceu e obteve por fim a suspirada licença. Designios maravilho-

sos da Providência! A vocação religiosa do filho primogénito afigurava-se ao marquês seu pai, como um desastre irremediável para o prestígio de sua casa; e afinal qual é hoje a maior glória dessa família principesca? A vida santamente austera de Luís Gonzaga — o jesuita. Nem foi necessário esperar tantos anos: logo após a sua entrada na Companhia começaram a chover sôbre a família, bem sensíveis, as graças do Céu.

Voltemos, porém, de novo á energia máscula dêste santo. Foi ela auxiliada, é claro, pela graça — que o fez santo; inversamente, ás almas acorrentadas a mil abominações de vícios nefandos é quem é que as escraviza? Uma fraqueza ignóbil. A pobre natureza humana decaída não propende para a castidade por expontanea inclinação.

Para a levantar às alturas nevadas da pureza é preciso fazê-la arrepiar caminho, porque a sua tendencia é para descer. Mas como dominar semelhante propensão, sem energia, sem esforço? E assim não é de admirar a corrupção que em torno de nós se alastra: como poderia ser doutro modo, se vemos que segundo as máximas do mundo é insensatês resistir? Para quem está imbuido desses princípios é ponto assente que, sem esperar o embate do inimigo, se devem deitar fora as armas para correr ao seu encontro e vender-se, dar-se, oferecer-se à escravidão da carne. Sim! porque não há pejo em afirmar que a castidade é uma utopia quimérica. Haja, porém, constância para evitar as ocasiões perigosas, em refrear as curiosidades doentias da imaginação e dos sentidos, em reprimir as afeições sensuaes e em santificar as relações que legitimamente preparam o matrimónio futuro; haja, sobretudo, recurso perseverante à oração e assiduidade na recepção dos sacramentos, particularmente da Eucaristia, e a experiência

dirá a cada um que a prática da castidade não é uma quimera irrealizável. Pelo contrário, essa mesma experiência ensinará, (como à juventude baiana dizia há 6 anos o Padre Gonzaga Cabral) que a castidade «dá a paz à consciência, a clarividência à razão, à ténpera ao carácter, o encanto ao amor, o vigor ao organismo, a lealdade à camaradagem, e até a hilariedade ao rosto.»

Mas estes frutos da virtude angélica podem resumir-se neste só — destruição do egoísmo — que virtualmente os contém a todos.

Com efeito, quem envereda pelos lodaçais do vício cai fatalmente num egoísmo vergonhoso e abjecto. ¿Que procura êle afinal? O gôso. E a êsse ídolo insaciável sacrifica a virtude, a honra, a própria riqueza; sacrifica-lhe também a riqueza, a honra e a virtude alheia; nada o detêm; nem o pudor, nem as lágrimas, nem o desespero das suas vítimas. ¡Gosar! eis o ídolo a que tudo sacrifica, não hesitando em ofertar-lhe verdadeiros holocaustos, em números de hecatombe.

Outro, porém, muito outro é o proceder do casto; outro foi o proceder de Luís Gonzaga. Desapegado de qualquer prazer e satisfação pessoal, busca fora de si objectos em que empregar os tesoiros do seu amor; desapegado de tudo quanto é transitório e efémero, orienta para Deus a sua actividade inteira. E como Deus tem no mundo os seus representantes autênticos — os pobres, os humildes, os que sofrem — para êles se volta, a êles se dá.

Assim procedeu S. Luís Gonzaga. Desde os primeiros dias do Noviciado saía não raro pelas ruas e praças de Roma a ensinar a doutrina às crianças abandonadas; na portaria do Colégio Romano ia servir com frequência os mendigos, que ali esperavam esmola; foi sonho de toda a sua

vida religiosa dedicar-se mais tarde na Índia à evangelização dos gentios; e apenas se declarou a epidemia, a que havia de succumbir, suplicou aos superiores e obteve deles licença de angariar esmolas para os empestados, consagrando-se depois ao serviço immediato dos enfermos. A própria doença que o vitimou, foi—como é sabido—contraída neste caridoso ministerio.

Oportuna é logo, como dissémos, a lição que se desprende da vida de S. Luis Gonzaga. Desejamos trabalhar pela regeneração cristã da sociedade actual; mas para o fazer eficazmente é mister que — à imitação deste santo — sejamos fortes para sermos castos e sejamos castos para trabalharmos com fruto nesta emprêsa nobilissima. Efectivamente só pela castidade conseguiremos a dedicação generosa indispensável à realização dos grandes ideais. Só ela torna possível a fundação de famílias que atraiam as bênçãos e os olhares complacentes de Deus. E só de famílias assim é que hão de brotar as esperanças do futuro. Onde as fundaremos, de facto, — essas esperanças — serão em novas e sãdias gerações que possam instituir a Ordem Nova, continuadora das tradições cristãs e heroicas desta boa Terra Portuguesa?

P.º Paulo Durão Alves S. J.

Para que serve a autoridade?

Dizem que em 28 de maio triunfou uma revolução para salvar este país perdido pelos energúmenos que o administravam de harmonia com as suas idéias assentes no falso princípio da *liberdade*.

A' sombra dessa palavra vã que faziam ecoar nos comícios para mostrarem a intenção que os levava a sacrificar pelo povo, quantas tropelias se cometeram, quantas monstruosidades se realizaram e a quanta baixeza se desceu!

Liberdade de pensamento para o deixarem perder ao sabor dos instintos e liberdade de imprensa para estamparem em livros e jornais crudelissimas scenas ou relatos minuciosos de crimes monstruosos que foram perpetrados em lares desgraçados. E por todos, crianças que nem sequer sabem o que é a vida porque não lhes ensinaram, e melhor que não teem por ela o respeito que devem, são lidos ávidamente êstes livros e jornais onde com mais realce se manifesta a depravação em que vivemos. Nas suas consciências queimadas pela braza da impudicicia nada lhes doe. Perderam-se os homens pela *liberdade* que não encontrou freio senão na morte, porque a morte, com os seus princípios *libertários* não conseguiram vencer. Por êles foi desconhecida ou desprezada a verdade simples.

A nação corrompida pouco a pouco ia desaparecendo minada pelos desoladores efeitos dêstes mutiladôres da realidade da vida quando uma revolução triunfou.

Propoz-se um fim que se podia resumir numa palavra só — *moralizar*. Moralizar os costumes dos homens instituindo umas novas bases para a sua sociedade assentar não no princípio da macabra *liberdade* mas na autoridade e disciplina para que aprendessem a dominar as suas fraquezas. Alguns passos já se deram, na verdade.

Que a situação permanecerá estável e o govêrno terá uma vida efémera se apenas tentar moralizar a administração ao Estado, sem soffrear as paixões, limitando a liberdade dos homens que, vivendo em sociedade, teem para com ela deveres indispensáveis a cumprir.

Nas montras das livrarias, desnudando a miséria que por lá vai via-se e continua a ver-se livros que ninguem que não tivesse perdido as suas faculdades de intelligencia e os seus sentimentos de homem teria escrito impunemente. Se tivesse consciência o remorso de os ter feito não lhos deixaria publicar.

Pois, por desgrça nossa, era a mulher que se salientava na ignomínia destas publicações eroticas. Pois a autoridade, se a ha nesta terra, continúa a ser a mesma cumplice da miséria social.

Um outro mal existe tão grande como êste e que continua a ter a máxima liberdade. A representação de peças ou de revistas duma flagrância tão grande de nudez de espirito e o que é mais ainda de nudez real que faz perder à pobre mulher que assiste a sua dignidade e ao homem a sua autoridade moral.

O teatro se é como o quer Gaston Baty a primeira e a mais completa das belas artes está hoje transformado

mercê desta vida tão falsa e da falsa noção que dela temos na mais execrável apostasia da arte. E nem admira. Se tôda a vida que o homem leva está desfeita na vacuidade, ou melhor ainda na abominação, tudo o mais se ha-de resen-
tir da sua péssima influência. O teatro reflecte todos os males. E' a sua representação mais cuidada e por isso mes-
mo a origem de muitos outros. Hoje o teatro «a primeira e a mais completa das belas artes» está reduzido a umas graças grosseiras e obscenas que todos ouvem com agrado tal o embotamento das suas consciências.

Pois, porque não haviam de aplaudir a vida que no mundo passam e que têm representada no palco?

Esquecem-se, contudo, ao levarem lá os seus filhos, que lhes ensinam ainda a ser mais infelizes que eles.

E neste caminhar crescente pergunto eu: onde chegaremos?

Ainda há pouco uma companhia francesa visitou o Porto, Lisboa e Coimbra. Não sei se também alguma terra da provincia por ela ficaria infectada. Pois esta companhia que os francezes nos exportaram teve a primazia na *liberdade* com que se apresentava. Os teatros encheram-se repetidas vezes e senhoras, se deste nome são dignas, assistiram de mistura com homens á mais miseravel representação duma sociedade pôdre. E os pregoeiros da *liberdade* entusiasmados com o que esta palavra trouxe de *civilização*, dos seus logares, com mulheres e filhos, aplaudiam delirantes.

E a autoridade compassiva com a desmoralização ficou inerte ou antes aplaudiu também!

Para que serve pois a autoridade em Portugal? Se triunfam revoluções para moralizar o povo português desgraçado pela perversão dum século de maldições e se continuamos no mesmo estado que elas se propõem

extinguir que espécie de poder é o seu? Não será antes um ludibrio com que nos queiram enganar, pobres como estamos sem qualidades reais que nos deem um direito na terra ao lugar que como homens inteligentes deveríamos ocupar? Montras de livrarias onde pousam os olhares distraídos de quem passa pela rua transformadas numa exposição de obscenidades, teatros onde aqueles que passam a vida em canseiras poderiam levar a sua família para descansar um pouco, convertidas em em casas de prostituição.

Para que serve pois a autoridade em Portugal? Para permitir que companhias estrangeiras venham desmoralizar ainda mais o povo português introduzindo-lhe êsse goso sensual que o embrutece, e não defendendo como era seu dever os costumes e as instituições que teem interesses morais e sociais que devemos precaver contra influências estranhas para que subsistam sem grupo?

Se a autoridade acompanha o homem na sua perversão, nós não saberemos a quem pedir contas por tais misérias serem toleradas. Enfraquecida e corrompida a autoridade, desaparece toda a disciplina social. «Um rei fraco faz fraca a forte gente» em todas as idades se tem verificado.

O homem tem *liberdade*, sim, para se servir dela em proveito comum e não para dela abusar em prejuízo de todos.

O homem tem deveres para com a sociedade; cumpra-os não corrompendo a sociedade de que faz parte para se não desgraçar a si proprio.

«O individuo nada vale senão pela regra que serve. Como o moço que fugiu na madrugada funda, tambem Portugal se rebelou contra a disciplina doce que formava e garantia o segredo da sua bela alma intransmissivel» as-

sim escrevia Antonio Sardinha. Sirva pois o homem a lei que a si proprio impôz e que o dirige pelo mundo para que se distinga dos outros que são agentes inconscientes dos instintos. E se assim fizer verá que Portugal «rebelado» voltará a ter uma «bela alma intransmissivel» que por ser tão grande que a todo o mundo chegou apesar de pertencer a uma pequena faixa de terra não deve ser hoje ferida pelas perversões de países estranhos.

Albano Pereira Dias de Magalhães.

Mousinho da Silveira e a partida de D. João VI para o Brasil

Afirmámos (1) que as cartas de Mousinho da Silveira que o sr. dr. Laranjo Coelho publicou em *O Instituto*, de Coimbra, traziam matéria nova ao pleito histórico erguido em torno da partida de D. João VI para o Brasil. Com efeito, assim sucede. E não queremos deixar de acentuar, desde já, que se trata dum testemunho contemporâneo,—do testemunho de alguém que assistiu aos acontecimentos e que dêles ia dando conta em correspondência particular.

Referimo-nos à carta V das oito que o sr. dr. Laranjo Coelho estampou nas páginas de *O Instituto*. Datando-a de 28 de Novembro de 1807, Mousinho da Silveira acabava de a escrever no momento preciso em que se consumava o facto que tão mal interpretado havia de sêr, anos depois.

Se percorrermos a documentação coeva dos sucessos a que nos estamos referindo, verificarêmos que o que, posteriormente, havia de ser considerado como indice da menor dignidade e do fragil patriotismo de D. João VI, foi então classificado como um acto de hábil política, que as circunstâncias de todo em todo aconselhavam e que, de fôrma alguma, se pdeu evitar. Julgamos oportuno até recordar alguns dêsses depoimentos que singularmente coincidem com a opinião de Mousinho da Silveira, que adiante vamos registar.

Antes, porém, cumpre frizar que a partida da familia real para o

(1) «Mousinho da Silveira e os franceses de Junot», na «Ordem Nova», n.º 7.

Brasil, em 1807, de fôrma alguma merece ser considerada um expediente de ocasião. Se percorrermos a história dos séculos XVII e XVIII portugueses, por três vezes irêmos encontrar a possibilidade duma transferência da Côrte para os nossos domínios da América do Sul, encarada como solução a opôr às crescentes complicações da política internacional. Abra-se, por exemplo, o tÔmo primeiro da magnífica *História de António Vieira*, do ilustre J. Lúcio d'Azevedo—hoje a mais alta personificação daquela acentuada tendência historiográfica que Jaime de Magalhães Lima classificou de *veia-mãe da grandeza literária nacional*,—e vêr-se-há que, na perspectiva de horas bem desagradáveis para o reino, D. João VI, em 1647, possivelmente sugestionado pelo grande jesuita, considerou o alvitre de se retirar para o Brasil.—Extraordinariamente expressivo é o depoimento de D. Luís da Cunha sôbre as vantagens duma mudança da capital para al m-Atlântico. Recordando que identico conselho havia já sido dado ao Prior do Crato, a quando da investida do Duque de Alba sôbre Lisboa, em 1580, D. Luís da Cunha, num dos seus mais notáveis escritos, perante uma situação externa reputada por êle como crítica, sugeria a D. João V nos termos seguintes, essa idéa velha de mais dum século:—*“... considero talvez visionariamente que Sua Magestade se acha em idade de vêr florentíssimo, e bem povoado aquele imenso continente do Brasil, se nelle, tomando o titulo de Emperador do Ocidente, quizesse estabelecer a sua Côrte, levando consigo todas as Pessoas que de ambos os sexos o quizessem acompanhar, e não seriam poucas, com infinitos Estrangeiros”*.—Finalmente, quando a Espanha, tempos depois, invadiu o nosso território como consequência do denominado *Pacto-de-familia*, o próprio Marquês de Pombal chegou a ter preparada uma esquadra em que ao Brasil seriam conduzidos D. José e a sua côrte.

“Nêstes termos,—escreve António Sardinha,—percebe-se bem como a retirada para o Brasil constituia um ponto assente na nossa política. Por várias vezes ela foi estudada e examinada já quando o

perigo napoleónico nos espreitava de perto. Tanto assim é que a saída da corte para a América ficou definitivamente resolvida na convenção secreta subscrita em Londres aos 22 de Outubro de 1897 e ratificada em Lisboa a 8 de Novembro seguinte." Assinalado desta forma o tradicionalismo da solução adotada por D. João VI, resta-nos salientar o éco de benevóla concordância que despertou naquêles que dela fôram contemporâneos.

A revista de cultura nacionalista *Nação Portuguesa* publicou no n.º 11 da sua segunda série—número exclusivamente consagrado à gloriosa Nação Brasileira,—alguns testemunhos de importância para uma mais serena apreciação do acto político que á memória de D. João VI havia de acarretar as diátribes menos justas. Trata-se, em primeiro lugar, dum excerto das *Réflexions sur la conduite du Prince Régent de Portugal*, —um raríssimo opúsculo de desaseis páginas, escrito e publicado em Londres em Outubro de 1807,—por consequência, pouco antes da saída de D. João VI para o Rio. Como um éco da opinião pública britânica, nêle se exalta a resolução, já prevista, do soberano português abandonar a metrópole e ir buscar ao Brasil aquêlê imprescindível ponto de apoio que lhe permitisse conservar o prestigio internacional necessário ao bom futuro dos seus domínios. A todos os que estão habituados a vêr em D. João VI apenas uma baixa caricatura de monarca, aconselhamos a leitura dêste folheto, onde se louva uma tactica de boa diplomacia que nos nossos dias não foi apreciada como devia sê-lo.

Recorde-se, depois, a gravura desenhada por Domingos António de Sequeira, que no número da *Nação Portuguesa* a que nos estamos referindo vem reproduzida, e onde se póde vêr D. João VI, conduzido pela Providência, que lhe aponta o caminho do Brasil, descendo para o cáis, em direcção aos navios da esquadra, ancorada próximo da Torre de Belem. Acorde com o significado do belo desenho de Sequeira, que — não o duvidêmos! —interpretava o geral sentir, a letra do hino, da autoria de Marcos Portugal, propositadamente escrito

para o regresso das nossas tropas, em seguida à Guerra Peninsular, encerra uma quadra que sintetisa, no mau gosto poético da época a intenção do gesto — como agora se diria — de D. João VI, ao desfraldarem-se, com rumo a terras de Santa Cruz, as velas da armada real:

*Aos mares vos déstes,
a bem dos vassallos,
jurando livrá-los
do ímpio poder!*

E não esqueçamos que este sentimento da necessidade de salvar a independência nacional personificada na real família, se acha bem expresso no decreto que veio a público na vespera do embarque, onde se salienta que as tropas de Junot se dirigiam muito particularmente contra a pessoa do regente, pelo que este se ausentava do reino em benefício dos seus leais vassallos.

De tudo isto com facilidade se conclue a injustiça com que tem sido apreciada a atitude de D. João VI nesta gravíssima emergência. Verifica-se, pois, que aquêles que foram espectadores de tão importantes acontecimentos não hesitaram em atribuir ao monarca uma boa intenção e um habil proceder que a falsa história lhe regatearia depois. E o testemunho de Mousinho da Silveira, que nos surge agora, não é dos menos elucidativos. Como dissémos, uma das cartas de Mousinho da Silveira trazidas a público pelo sr. dr. Laranjo Coelho, é datada do dia seguinte áquele em que embarcou a família real e mais pessoas que a acompanharam. Porque nela se fazem apreciações de acôrdo com os depoimentos que acabamos de enumerar, julgamos útil transcrever êsse documento, claro e expressivo na sua singeleza:

«Ill.^{mo} Sr. Sameiro: — *Remeto essa novidade. — Sua Alteza Real está a bordo, e toda a família Real. O Duque e*

muitos fidalgos vão com ele. Magessi também vay, e creio que hoje. He admiravel a boa ordem que tem reinado na Cidade esta noite de tão grande novidade. Cada hum cuida das suas obrigaçoens como dantes, os tribunaes continuão.— Deos queira que os ultimos cuidados do Nosso Soberano influão athe que elle volte sempre do mesmo modo; e Deus queira que ele seja feliz para nosso bem.—De V. S.^a muito obrigado, servo.—Lisboa, 28 de Novembro de 1807.— (a) Mousinho da Silveira.

Sublinhámos a coincidência do sentir de Mousinho da Silveira com o de todos os que, naquele momento de dolorosas interrogações, não duvidavam do patriotismo com que se comportava o Príncipe regente. E se a retirada se fez precipitadamente, isso deve-se ao facto de D. João VI se encontrar rodeado de traidores, que sistematicamente lhe ocultavam a marcha do exército francês através do país. Quem eram êsses traidores? Aqueles que pertenciam ao chamado *partido-francês* e que, filiados na maçonaria, facilitavam, entre nós; embora com prejuizo dos mais sagrados interêsses da Nação, o advento do sistema politico que os soldados de Napoleão encarnavam, iniciado nos *clubs* secretos, Mousinho da Silveira pagou também tributo aos desvarios dessa estranha época de transição. E as cartas que *O Instituto* há pouco tornou conhecidas são até, sob êsse ponto de vista, como já tivémos ocasião de verificar, singularmente elucidativas.

Rodrigues Cavalheiro

A ALAVANCA DO PROGRESSO

II

Se Deus, Nosso Senhor, no seu plano mais que transcendente das coisas e dos espíritos criados, pudesse ter eliminado do conjunto de todos êles, o vulto cornudo do diabo, quero crêr que não teria sido dado ao conselheiro Acácio curvar-se, reverente, ante a soberania desta famigerada alavanca.

E firmemente o creio, porque após a larga experiência de um século que ao nosso exame se apresenta, e de quanto se conclue do que em nossos dias se lhe relaciona, não sei nem fantasio de que maquinação mais negativa ou conjura mais tenebrosa a materia inerte se poderia envolver no seu esforço desesperado de resistir ao frémito de vida que começou no dia remoto em que o primeiro «non serviam» dos anjos rebelados se opôz ao Criador.

Seria talvez oportuno e sobremaneira curioso deter-me aqui num estudo prolongado do que a respeito da imprensa concluíram os espíritos verdadeiramente superiores que imediatamente nos antecederam, e que portanto lhe foram já contemporâneos. O seu pensamento é, no entretanto, tão insistente e tão decisivo, surge tão harmonico apesar das distâncias profundas de crenças e de doutrina que por vezes os separam, que se me afigura perfeitamente dispensavel tentá-lo. Não pode deixar de impressionar, de facto, o desprezo profundo que em homens como Antero e Ramalho, para não falar de novo em Eça, o grande ironista, ela provocou já numa época em que as ilusões seriam de prevêr. E do primeiro ao último de quantos mar-

caram fóra das luzidas coórtes de quantos Pachecos de todas as espécies e outras peores, enchem o Constitucionalismo e a república, não ha um só que lhe não denunciasse o embuste, que lhe não risse das pretensões ou lhe não castigasse com indignação os malefícios, que não sentisse em momentos de sinceridade um tédio desolado por esta gangrenosa enfermidade colectiva.

Embora levemente, convém ainda limitar com justeza para evitar más interpretações, o que da função da palavra impressa, se entende por imprensa.

Precisando pois: a existência de publicações periódicas, sobretudo quotidianas, versando na generalidade e na especialidade quanto diga respeito à vida do Universo, desde os pontos de vista dum ministro dos negocios estrangeiros, até aos pontos naturais com que se cozeram duas facadas duma arruaça na Mouraria. O costume e o direito de examinar, criticar e trazer a público em caracteres impressos e em folhas baratas toda a espécie de factos, idéias, hipóteses e especulações. O consequente habito de irresponsabilidade que daí deriva, irresponsabilidade completa e absoluta, atenta a maneira febril, imponderada, inconsciente com que tal se realisa, nesta inevitável espécie de estouvamento moderno que vai além de todos os simbolos. O relaxamento, portanto, e a quebra de quantas molas morais existem: o bom senso, o bom gosto, a noção das proporções, da distância e da competência, a meditação e o estudo, o respeito por tudo quanto haja de elevado e superior. Por último a criação absurda duma opinião pública fictícia, conduzida pela imprensa e possuindo-lhe logo todos os defeitos e todas as incapacidades, a falsa invocação dum ilegítimo direito de liberdade de imprensa, sobrepondo-se a todos os conceitos de bem comum, de autoridade, de ordem, de tradição, porta aberta para uma anarquia sem fundo.

Se se tornasse possível conseguir o processo supremo da imprensa, ao aplicar-se-lhe uma liquidação imparcial e grave de todas as suas obras, começando-se-lhe logo por lhe procurar com ansiedade os beneficios finais de todas as suas campanhas de grossas letras, recolhendo carinhosamente as esmolas levadas aos pobres, os produtos liquidados das festas de beneficência, o auxilio levado ao comér-

cio e à industria pela sua publicidade, o entusiasmo comunicado ao país em horas graves, a salutar influência no espírito público em certas ocasiões, as obras de mérito reconhecidas e premiadas por seu intermédio, se possível e pratico fôsse arrumar-se tudo isto num dos pratos da grande balança severa da justiça, vêr-se-hia com pavor e assombro, o travessão vergar e partir ao peso da massa caótica que do outro prato desabaria estrondosamente no tumulto de todas as catastrofes sociais provocadas, dos crimes facilitados, dos êrros repetidos, da espessa e detestavel crôsta de idéias falsas por ela alimentada, hora a hora, dia a dia, da instrução mediocre e ôca por ela consagrada, da confusão e da perturbação estabelecidas à volta de todos os juizos e de todos os acontecimentos, dos conceitos, hábitos, processos, costumes, eivados duma inferioridade réles; alastrando na vida dos povos como uma grande nódoa de gordura, das baixas ambições servidas, dos espantalhos venerados, das insinuações, das perversidades, sem remédio, de todo o mal semeado às braçadas, acumulando ódios, vaidades, scepticismos, abismos entre as almas, esta mortal indiferença, gelada como a morte, em que nós viêmos cair e em que todas as esperanças parecem apagar-se.

Esta fundamental incapacidade da imprensa, a sua quasi fatalidade no papel desgraçado de agravadôra e cúmplice de todos os males modernos, não obstante a aparência illusória que à primeira vista reveste, provém dum grande equivoco muito simples, afinal, de denunciar.

Os suprêmos recursos morais, todas as grandes sanções do espírito humano, como as distinções singulares e os attributos mais altos, os conceitos de justiça e as regras superiôres enfim, que constituem o património espiritual das civilizações, exigem para elas um respeito e um culto que os conserve num nivel elevado, pairando mais na luminosidade do seu prestigio que applicados sem discernimento em factos correntios que os ponham à prova.

Por isso o povo, velho filósofo de todos os tempos, ha muito que concluiu que «o mêdo guarda a vinha, que não o vinhateiro...» E porque a pobre argila humana, amontoado de misérias, de imperfeições, das revoltas e dos desânimos duma triste matéria decaída e sem cessar chamada por Deus para a reconquista da immortalidade,—a pobre argila humana na sua simplicidade, conhece quanto as suas forças são inconstantes e efemerias, os seus entusiasmos curtos e a

sua esperança breve, e quanto no fundo de si própria o traço dum pecado antigo deixou a inquietação da duvida, sempre pronta a tortura-la.

Trazidos assim para a praça pública, como reis apeados do trôno, os altos principios morais, e postos à volta dêles a curiosidade e a crítica da mediocridade logo se desenrola aquella velha fábula de Esopo, que Fedro refere, de quando as rãs pediram um rei a Jupiter.

E Deus sabe a que duras penitencias conduzem êstes pecados do espírito crítico!...

Sob êste aspecto, a pobre imprensa, póde pedir messas a todos os máus tentadores do género humano.

Rompe-se hoje uma campanha violenta carregada de normandos, trovejando acusações e anátemas contra qualquer individuo ou qualquer colectividade? Ha muito que desapareceu o pelourinho da ignominia e a consciência ingénua do povo onde os écos dos acusadores acordavam horror e indignação. A justiça fugiu para longe e ninguém a loriga na sua túnica alvinitente por entre as nuvens de lama que essas borrascas levantam. A sensibilidade embotou-se. Um grande scepticismo nasceu à volta dêsse constante vozear de grandes palavras. E a cada campanha nova que começa troando pelos mesmos caminhos gastos como o palco dum velho teatro de mágicas, mais a consciência pública se adormece, tendo nos lábios um sorriso ao mesmo tempo cínico e desgraçado.

Procura a imprensa chamar as atenções, fazer convergir um grande movimento de curiosidade e de entusiasmo sôbre qualquer facto nacional, uma grande obra, um grande mérito? que espectáculo penoso êsse! Todo o repertório das coisas mediocres de todos os dias, as banalidades, os lugares comuns, os europeis estafados e os processos sórdidos, se lhe aferram, inferiorisando-o, atirando-o do pedestal abaixo para o mare-magnum do común.

Resolve a imprensa abrir uma pausa na sua alcovitice e na sua bisbilhotice de parasita da vida nacional para se inclinar sôbre o passado e procurar nêle relíquias gloriosas que alevantem o espírito público?

Que Deus nos defenda de tal! Nunca sacrilégio mais doloroso se cometeu com a poeira dos séculos! O martirio imenso que Nun'Alvares, herói e Santo, tem sofrido desde que o descobriram para tê-

ma de exortações indignas e palavrosas! Nada ha de belo e superior que resista a estas profanações da literatice quotidiana. Tudo acaba por receber os contornos infâmes de caricatura.

Que se poderá esperar da consciência histórica dum povo que aprendeu a lêr nos jornais e lá se habituou a servir-se das navegações da História Trágico-marítima como termo de comparação para as habilidades de qualquer pobre diabo dos nossos dias?

Seja qual fôr o aspecto porque se encare, na escala das pretensões que a imprensa se arrogou, o resultado dum julgamento intelligente e recto não póde sêr outro que o duma condenação sem apêlo nem agravo. Perturbadôra inevitável e cúmplice de todos os males modernos, ela não pode prevalecer ante o vento novo que começa. O seu reinado vai terminar, e no limiar dos caminhos amplos porque a humanidade vai irromper como uma grande torrente a rolar para o mar da eternidade, na lucta constante com o lôdo que do fundo lhe tenta subir à superfície, saudemos com alegria esta matrôna enxovalhada de tinta que sóbe atraz do político a escada fatal das falsificações desmascaradas.

Da sua herança convirá dispôr segundo os direitos da razão e as necessidades do bem comum, atirando para muito longe os preconceitos absurdos que até nós vieram.

Dois aspectos principais devem revestir as funções que lhe corresponderem:

Uma, a especializada, destinando-se a cada profissão, cingindo-se às exigências particulares de determinada colectividade, realisando completamente o seu fim. Dêste modo se evitarão as generalizações inúteis, êste detestavel estendal duma mediocridade, que anulando todas as diferenciações, impossibilita o gôsto e a competência. Assim se ajudará a reconstituição orgânica do país, reintegrando-o nos seus centros vitais, dando-lhe uma dignidade de existencia hoje ignorada.

Por outro lado assim se applicará ainda um antídoto poderôso na vida facil da literatura vadia, sempre muito de temer nestes países do sol.

Outra, é a que reconduzirá talvez a imprensa à sua fonte primitiva, aos tempos felizes da "Gazeta de Lisboa", aquella honesta e benemérita função do noticiário diverso, da publicidade útil e fiel, acompanhando com dedicação o desenvolvimento económico do país,

entregue à regeneração do trabalho, modesta e bem intencionada, esquecida da má vida de outróra.

E a imprensa poderá assim encarar com uma dignidade calma o decorrer dos tempos, na consciencia dum dever cumprido, como êsse humilde mas benéfico homem que todas as tardes, ha anos, eu ouvi na Ericeira, annunciando ao povo:

“Está para alugar uma casa no Jogo da Bola! Dão-se alviçaras a quem entregar um anel que ontem se perdeu na praia do Sul!....”

Pedro Theotónio Pereira

... quando, atravez de todas as crises, no meio dos ambientes mais sistematicamente adversos, observámos que o heroísmo peninsular soube vencer tudo com a sua indomável energia, somos levados a crer que o papel de apóstolos das futuras idéias está reservado aos que foram os apóstolos da antiga idéia católica.

Oliveira Martins — “História da Civilização Ibérica”.

O sistema liberal não foi mais nem menos que o Despotismo Oriental. Os nossos procuradores foram os nossos Tirânos, e tivémos o vilipendio de ver sentados nos sofás regeneradores, muitos que devíamos ver arrastando as eorrentes da calceta.

José Agostinho de Macedo — “O Desengano”

CONCEITO DE LITERATURA

I

O poder, o grande poder de circulação de que gosa a literatura, a universalidade do verbo, a sua virtude expressional ou configuradora explicam, abundantemente, a ingênua facilidade com que tantos se entregam a essa forma de arte. Daí nasce a venturosa alegria daqueles que, sentindo-se iluminados pela inspiração, numa de-saustinada crise de bovarismo gosam a publicidade dos seus escritos para que se não diga estarem os seus cerebros *com escritos*.

Reparando bem nas cousas, é de notar que as manifestações literárias mais vulgares se enquadram nos tipos:

a)—literatura de efabulação pura (romances policiais, por exemplo)

b)—literatura verbalista ou de imagem (gongóricos e românticos, por exemplo)

O primeiro tipo acusa o rendimento da imaginação que produz: o segundo acusa o rendimento da imaginação que veste. Ora, pelo que se vê e pelo que se verá, estas formas de imaginação são inferiores. Os literatos destes tipos — pode dizer-se, até, que estes não sóbem ao nível dos escritores — são os mais vulgares, os mais democráticos.

A cultura vulgar, que não é, rigorosamente, a cultura popular, alimenta-se dêsses tipos de literatura. O jornalismo actual oferece numa larga extensão, o segundo tipo, com muita literatura e pouca densidade, criando um proficuo ambiente ao cabotinismo.

Todos nós conhecemos um tipo corrente de indivíduos *muito altos nas cousas baixas e muito baixos nas cousas altas*, nada sábios nas cousas concretas e nada sábios também, nas cousas abstractas. O psitacismo literário veio corromper, através dêsse tipo, a tradição segura, profunda e calma da verdadeira literatura, fazendo da beleza uma cousa para todos, como se ela não fôsse uma cousa possivelmente para todos e raramente para poucos. A democracia se deve essa crise de que as letras sofrem e tanto penam.

Nêste pequeno ensaio de crítica está bem uma definição, tão larga como possível, dos dois tipos essenciais da literatura, para que do alto dêles possam dominar-se, *criticamente*, as suas manifestações.

Dum modo geral, podemos repartir os escritores (?) em duas categorias ou tipos: oratório ou expansivo e humanista ou restrictivo. A distância que vai de um a outro mede-se pela que vai de um espírito superficial a um espírito profundo. O escritor do espírito expansivo, de mentalidade escassamente irradiante, mas de largo rendimento sonóro e pitorêsko, interessa a espíritos deficientes e de precário vôo, de frágil educação literária, muito impressionáveis, minguadamente penetrantes, mais passivos do que críticos.

Concentrando-se na periferia das cousas e dos factos, não logram penetrar o seu intimo sentido e a sua lineação real ou possível prevalece mais pela exuberância dum gordo verbalismo do que pela sua capacidade visional.

Por uma entranhada afinidade psicológica ou por uma impressionabilidade relativa e, em ambas as hipóteses, mercê duma insuficiência interna, a alegria do leitor, vibrante e clamorosa vem denunciar-se numa expressão desvanecedora: *ecce homo!*

Há reputações literárias que envergonham a cultura média e máxima dum povo. São as que se geram sobre êsse tipo de literatura. A espessura interna do rebanho de leitores e, associadamente, a lorpice duns sujeitos oratórios também, críticos d'alcunha, dão força a essa reputação.

O escritor de tipo oratório, é, necessariamente, vaidoso. A sua vaidade é, bem se calcula, espectacular, teatral. Assim, logo se convence de que é um intellectual. Para êle, escritor e intellectual são identicos. Correndo-nos um dever de gentileza para quem, acima de nós, paira numa devorante contemplação de horisontes havemos de aceitar

essa igualdade, estabelecendo, em compensação, para o escritor de tipo restritivo ou humanista, est'outra igualdade: escritor-inteligente.

Mas, voltando ao sério, estas relações de igualdade sofrem de um vício de apreciação crítica. Os segundos termos das igualdades devem ser substituídos por outros. É que surge esta indagação: como é que um escritor (?) não inteligente, embora intelectual, consegue produzir um livro de certo brilho? A experiência e a observação de qualquer espírito atilado terão já fornecido os dados do problema. Faltam os dados da solução.

Reparemos: é vulgar encontrarmos indivíduos de curto folego visional e de pobre raio imaginativo-criador e por isso de restrita capacidade mental, que depois nos aparecem na liça da publicidade, cheios de si mesmos, isto é, *cheios de vasío*.

Nisso estão êles longe de serem restritivos. Nada mais restrito do que o escritor (?) de tipo expansivo. São muito restritos e pouco restritivos. O paradoxo tem a virtude de convencer. Porquê? Para resolver o problema importa revolucionar um pouco a ideia de imaginação, desdobrando-a em várias, conferindo a cada uma delas uma diferente função que as hierarquiza. Há, pelo menos, três fórmulas de imaginação:

a)—Imaginação que produz a anedota, a efabulação, o folhetim e, até, a imaginação de expediente.

b)—Imaginação vestidora (criadora da metáfora, do símbolo, da alegoria; etc.)

c)—Imaginação criadora (da teoria científica ou filosófica ou da matéria literária, neste caso, talvez, recriadora).

A primeira fórmula de imaginação é vulgar. Montepin e Terrail ocupam uma grande zona dêsse domínio.

A segunda fórmula é muito conhecida também. Dá-nos a frase e a imagem. Homem de muito discurso e de pouco discorrer, o escritor dêsse tipo de imaginação fica, em certos aspectos, abaixo de Montepin e seus pares. Dá-nos a obesidade literária.

Porém a literatura dêsse tipo sofre duma deficiência ideativa. O escritor (?) em vez de equacionar a inspiração ideativa—quando a tenha—e a inspiração configuradora—dilata-se numa longa exuberância, espectacular. Estamos no domínio da literatura em sentido improprio.

E' uma literatura formada à margem das regras da economia vital. Suponho até que na lei da economia está o segredo metafísico da ordem, do ritmo, da beleza da vida. O espírito de economia vital é tam difficil para o homem, como fácil, intuitivo, mecânico para o resto da natureza. A economia é a condição do equilibrio do sêr, da sua duração. O sêr define-se pela sua economia. A economia não se define pelo sêr. É a lei metafísica que eu anuncio, proclamo e defendo contra todas as metafísicas.

Ruy.

Os tesouros roubados e levados a estranhos Países; as colónias às mais extensas e opulentas, perdidas; a Representação Política quasi acabada por acinte, ou vingança; tudo isto são males muito menores que hum Português sem vergonha, que professa o liberalismo.

José Agostinho de Macedo — «O Desengano»

Só a aliança das duas monarquias peninsulares é estável, natural e duradoira. Só ela é util para Portugal e para Espanha, considerados nos seus interêsses particulares nacionais; sendo ao mesmo tempo o único meio de nos dar, às duas nações peninsulares, aquêlê papel que a natureza destinou para a nossa intervenção no mundo. Desligados, vegetarêmos sempre miseravelmente; aliados, far-nos-hemos respeitar pelos fortes, porque estaremos entre os primeiros.

Oliveira Martins — «Dispersos»

Nota mensal

Por uma estranha e bizarra perversão o nosso tão cristão e tão português Natal dos presépios vai cedendo lugar, graças ao mau gosto de umas pessoas que lêem francês e de uns jornalistas desejosos de modernizar todas as coisas para efeito de réclame, ao galicano «Père Noel» e ao melancólico pinheiro que dos países do norte veio descendo até uns tristes caixotes ornamentais das mercearias.

Resta-nos a missa do galo e a consoada, esta também decadente, convertida numa vulgar ceia sem significação, seguida ou precedida de animado baile, quando não transferida para o dia último do ano com o nome deprimente e boulevardêsco de «réveillon».

Procurêmos, porém, entre os próprios observadores da tradição e da democrática lei que manda nêsse dia celebrar a «Festa da Família» — e decerto que no número dêstes estará o conhecido autor da Lei do Divórcio, cidadão Cunha e Costa — procurêmos entre êsses os raros que a celebram com verdadeiro espírito cristão e verificarêmos mais uma vez que se tem obliterado o significado litúrgico das grandes festas católicas.

O nascimento de Cristo representa o início da Redenção, do resgate misericordioso da falta original. Dia de graças, o de Natal, dia de alegria infinita — mas também de impressionante sentido. Porque se é certo que Cristo iniciou com a sua primeira vinda a obra da redenção, dando-nos meios preciosos para nos salvarmos, é certo também que ao nosso esforço compete a conclusão da sua obra, libertando-

nos do pecado auxiliados pela graça. E que a meditação desta vinda de Cristo não exclua a consideração das suas duas outras vindas: uma constante, permanente, toda Amôr, no sacramento eucarístico e outra cheia de majestade, em que o Senhor será juiz para julgar o mundo, distribuindo justiça e refazendo a Criação.

Deixêmos, pois, as exclamações em gordas letras que usam os periódicos nos seus números especiais dêste santo dia. Guerreêmos sem dó o lugar comum, êsse horroroso lugar comum que Chateaubriand salvou do naufrágio quando lançou as mãos à aflicta liberdade de imprensa. E nesta babilônica confusão em que tudo se mistura e descaracterisa, em que as palavras perdem o sentido e as ideias perdem as palavras que as exprimem, saibamos nós, cristãos, manter uma rigorosa coerência entre aquilo que pensamos, sentimos e fazemos e aquilo que dizemos sêr.

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

Dies irae...

Que tempo é este anónimo suicida?

Que somos nós sonambulos defuntos?

A. SARDINHA.

A hora internacional que vivemos é, porventura, a mais difícil e incerta. Nos bastidores da política internacional, degladiam-se os desejos e cobiças mais inconfessáveis sobre as nossas colónias. O estrangeiro fustiga nos a toda a hora com motejos e insultos os mais vís. As gazetas, *urbi et órbi*, publicam sobre as nossas colónias insinuações miseráveis e maquinações assustadoras.

E nós, em vez de num arranco viríl de fúria justiceira, amarrarmos ao pelourinho da ignomínia aqueles que, a coberto do poder público, nos desacreditavam com os seus latrocínios vergonhosos, continuemos neste «engano d'alma lêdo e cégo», dando credenciais a uns, ignorando outros.

No ano passado houve um momento de pânico de que ninguém talvez se lembre já. O indigena as-

sustado berrava de todos os lados que salvássemos as colónias, e as comissões salvadoras por toda a parte brotaram, mais bastas que os cogumelos num monturo.

Vinham arrogantes de palavriado e cheias de boas intenções. De todas saíram notas officiosas para as gazetas, com firmes protestos, gritando às potências a glória dum passado que renegámos.

Organizaram-se planos de estudo, fizeram-se reuniões, palrou-se bem e vastamente, mas quanto a resultados práticos, toda a gente os espera ainda. Eu fui dos que não acreditaram nessa *lêria*, e não acreditei, porque em reunião duma dessas comissões, ouvi dizer, não me recordo a quem, que era inoportuno averiguar-se das causas da nossa decadência colonial. Quem tam bons propósitos tinha, já se vê que se interessa a fundo pela questão!

Enfim, isso foi trovoadas que passou, e não é cristão que perturbemos o sono eterno dessas tam bem intencionadas comissões que bem haja.

Mas de novo os horisontes se carregam, mais tenebrosamente ainda, ameaçando borrasca.

A França cospe-nos, diàriamente, as suas váias, e é doloroso para a minha alma de católico, vêr na fileira ululante dos detratores miseráveis, um Padre belga, um ministro da religião, de que Portugal fôra um apóstolo ardente.

Não obstante, o perigo restringia-se às colónias, mas agora, é a nacionalidade que sofre o vexame, é à nacionalidade que se fazem alusões.

Haja em vista, que Maeztu dissera em conferência pública, que a Espanha estava para receber em herança, um país que tinha dado provas inequívocas de decadência.

Ninguém nos poupa, e se a barca oito vezes secular da nacionalidade se aguenta neste pélagos de traições, é porque a cobiça desmedida das potências não conseguiu entender-se ainda.

Mas, se não desmentirmos com uma administração sábia e honesta as infâmias com que nos salpicam, virá um dia, em que, da Sociedade das Nações ou das nações em sociedade, receberemos mandado de despejo.

Nêsse dia, porém, nós tomaremos estreitas contas áqueles que criminosamente nos levaram à derrocada.

Democratas da república e democratas da monarquia, traidores a Deus, traidores à Pátria, traidores ao próprio sangue, vós sereis os responsaveis pelo destino duma Pátria que não é só vossa, mas dos que foram e dos que hão de sêr.

Abrantes Tavares.

«A origem dos nossos males contemporâneos é remota; vem da organização social, resultante dos

acontecimentos políticos de 1834, cujo advento trouxe a desordem moral e mental que reina hoje em toda a terra portuguesa».

Ferreira Deusdado.



A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

(DISCURSO PRONUNCIADO NO DIA 1 DE DEZEMBRO
NA JUVENTUDE CATÓLICA DE LISBOA)

Senhor Presidente:

Minhas senhoras:

Meus senhores:

Entre as coisas a que voto um profundo horror figuram a retórica e o lugar comum. Feita esta declaração já V.^{as} Ex.^{as} avaliam a dificuldade com que falo da Restauração de 1640, acontecimento histórico de que a retórica comicieira se apossou para o envolver em farfalhudos tropos e transformar em espantinho terrificante do «patrioteirismo» de que nos fala o Eça fazendo d'ele um imenso, bafiento e impossivel lugar comum.

De facto usa-se dizer, neste dia solene de regosijo nacional, alçada a voz no meio da praça pública repleta de multidão e dos acordes do hino em que a charanga dos bombeiros é exímia, que o dia 1 de Dezembro pôs termo «ao cativo humilhante iniciado com a usurpação de Filipe II».

Esta é a ideia que está vulgarizada e que logo nos ocorria quando nas páginas da selecta portugueza liamos o trecho clássico em

que o escritor nos diz que "amanheceu risonho e alegre o dia 1 de Dezembro de 1640..."

Imagine-se o embaraço do nacionalista consciencioso forçado pela verdade histórica a declarar que nem a dominação espanhola foi para nós um cativeiro *em todos os 60 anos que durou*, (1) nem o rei Filipe II "usurpou" a corôa de Portugal!

A usurpação de Filipe II e o cativeiro espanhol

Permita-se-me que, ao de leve, me refira a êstes dois erros tão geralmente aceites que só modernamente têm sido corrigidos, graças aos esforços dos historiadores libertados das influências românticas e do desejo dos efeitos verborraicos.

Mas que rajadas de eloquência se perdem!

A verdade, porém, é que Filipe II de Espanha constituia em 1580 a única solução legítima e a única solução consentânea com os interesses nacionais.

Unica solução legítima visto que a êle cabia por direito a corôa vaga por morte do débil Cardial-Rei; unica solução nacional porque, não só o Prior do Crato, judeu e corrupto, não tinha qualidades nem meios para governar o país nêsse momento de crise, como também os Duques de Bragança não podiam de momento organizar a resistência contra Castela e impôr a sua autoridade no reino desmantelado.

(1) Note-se que vemos a questão no seu aspecto histórico, isto é, aceitando os factos tais quais são. Não aplaudimos, porém, a união com a Espanha em 1580. Apesar de nos tratar bem, a Espanha, naturalmente, pretendia absorvêr-nos.

Restava Filipe II. Proclamado rei em Portugal, em côrtes portuguesas e segundo as nossas leis, não tem o seu advento nenhuma das características da ocupação violenta sem direito, concorrendo nele todas as circunstâncias necessárias para que se desse a «justiça de aquisição» da soberania.

E perder-se-ia a independência portuguesa, começou então o cativo?

Não o julgemos. Constituiu-se uma *monarquia dualista*, isto é, subsistiam os dois Estados com os seus órgãos e suas leis, apenas ligados pela pessoa do Rei. Assim no-lo diz, resumindo com felicidade tudo quanto a análise dos documentos e dos factos nos ensina, o venerando Frei Francisco Brandão, co-autor da «Monarquia Lusitana» prègando o *Discurso gratulatório sôbre o dia da felice restituição y aclamação da Majestade del-Rey D. João IV N. S.*

«Nas Crónicas de S. Francisco se conta que estando o Seráfico Patriárca em Portugal vaticinara que nunca êste Reyno havia de ser unido a Castela. Muitos, que, sem considerar as cousas as desestimam, negavam esta predição, vendo que entrou Filipe Segundo na herança do Reyno: mas ainda assi sustentava o doutissimo Padre Frey Lucas Wandingo, crónista da mesma ordem, ser verdadeira a profecia do Sancto, porque ainda que unidos os Reynos de Portugal e Castela em um herdeiro, entre si eram distintos, tanto que os naturais de um Reyno se reputavam por estrangeiros no outro; a moeda era diferente, e as provisões se passavam em diferentes linguas, em fórma que se não podiam chamar Reynos unidos». (Cit. por Sardiha *A Aliança Peninsular*, p. 278 n.)

Quantos factos se não poderiam apresentar para ilustrar esta passagem do erudito alcobacense? Nem os dois primeiros Filipes se comportavam para connosco em Reys estranhos e crueis senão em soberanos próprios e nacionais. Bastará assinalar-se a «Jornada de Vassallos» luzidíssima expedição que em 1624 partiu para libertar a Baía do jugo dos holandeses e que Elísio de Carvalho com tanto co-

lorido nos conta no seu livro *«Lauréis insígnies»*, como já antes o fizera o nosso D. Francisco Manuel. A Bahia foi libertada e Elísio de Carvalho — belo espírito que Deus já chamou a si — diz-nos que grande parte da nobreza brasileira entronca nos fidalgos que, tendo ido na armada, se fixaram em terras de Santa Cruz.

Outro facto demonstrativo do respeito em que eram tidas as liberdades portuguesas está, por muito paradoxal que isto pareça, na causa próxima da revolução de 1640: a reacção anti-castelhana toma corpo em virtude da intenção manifestada pelo Conde Duque de Olivares de fazer de Portugal uma provincia de Espanha. Socorro-me de novo a Fr. Francisco Brandão que diz no seu *Discurso*: «Intentou nos dous anos passados a soberba Castela apertar mais o ponto e fazer, que esta união de Reynos que havia na pessoa do injusto possuidor, estivesse também entre os mesmos Reynos. Aqui acudio S. Francisco, e mostrou com efeito o entendimento da sua profecia, que era não ser Portugal nunca unido a Castela, e assim quando naquele Reyno pretendiam a união de ambos, executámos nós a separação...» (loc. cit)

Um terceiro facto bem à vista está na facilidade com que em Portugal e na Espanha se fazia a propaganda das doutrinas, profecias e mitos favoraveis à restauração de Portugal. Todos fechavam os olhos... E no entanto, foram essas doutrinas e êsses mitos que fizeram a revolução. Detenhamo-nos sobre elas alguns minutos, para brevemente fixarmos os seus pontos essenciaes.

Doutrinas da Restauração

As doutrinas politicas que prepararam e justificaram a Restauração, têm para nós o duplo interesse de serem imensamente curio-

sas como construção jurídica e infinitamente interessantes como doutrinas da mais pura ortodoxia católica. (1)

Fundamentalmente, consistiam nas ideias de Santo Tomás, comentadas e sistematizadas pelo grande "Doctor Exímius", Francisco Suarez, professor da nossa Universidade de Coimbra durante vinte anos e um dos maiores teólogos que se contam entre os seguidores mais ou menos fiéis da doutrina do angélico doutor.

Segundo os teóricos da Restauração—pleiade brilhantíssima em que têm larga representação as murças universitárias—o poder vem de Deus, como diz o Apóstolo, porque Deus é a causa primeira de todas as coisas. Assim, ao criar a sociedade surge por direito natural o poder que é indispensável para a sua conservação e progresso. Não é êle concedido a um ou outro homem, e, portanto, reside na colectividade. Esta é que em virtude dum pacto pode transferir o seu exercício—e não aliená-lo como dizia Suarez—para um dos seus membros, e temos a monarquia, ou para alguns, e temos a aristocracia.

Ao rei incumbe então o "ofício de reinar". Ofício duro, como lhe chamou um dos nossos príncipes, ofício que consiste em fazer justiça, defender os seus súbditos e em conservar e aumentar o reino que lhe foi confiado. *Regnum non est propter regem, sed rex propter regnum*—disse-o Santo Tomás, elegantemente traduzido pelo nosso João Pinto Ribeiro: *Os Reys não foram criados e ordenados para sua utilidade e proveito, se não em beneficio, e prol do Reyno*.

Desde que o monarca deixe de respeitar o pacto que houve entre êle e a república, oprimindo os seus vassallos e deixando de buscar a sua felicidade, converte-se em "tirano no govêrno"—que em lingua-

(1) Modernamente a Santa Sé tem manifestado a seu desacôrdo com elas. Cf. as encíclicas »*Diuturnum*», »*Immortale Dei*» e »*Libertas praestantissimum*».

gem da escola se chama tirano *quoad administrationem* — sendo lícito à colectividade a sua deposição, privando-o do reino e tirando-lhe o poder que lhe deu e que elle não soube usar. E' o direito á sedição, proclamado e justificado e que o Dr. Velasco de Gouveia definia dizendo que *não é sedicioso, antes lícito ao povo resistir ao Rey Tirano ou que tiranicamente governa*».

Estão já V.^{as} Ex.^{as} a vêr a Revolução de 1640 juridicamente explicada: os Filipes não eram reis tiranos, como no princípio afirmei, visto como eram legítimos soberanos de Portugal. Não se dava, pois, a tirania *"quoad titulum"*. Mas governavam tiranicamente, contrariando os interêsses da Nação Portuguesa que o Conde Duque de Olivares pretendia, para maior vexame, reduzir à categoria de uma província espanhola. «Maldito govêrno — diz algures João Pinto Ribeiro, revolucionário e jurista — maldito govêrno que põe sua segurança em desprezo de Vassallos honrados; errada resolução do Rey, que despreza a lingua daquêles a que governa e manda, não havendo maior firmeza entre vassallos e Rey, que falarem a mesma lingua e saberem que o entendem e são entendidos dêle...»

Eis, meus senhores, em duas palavras as doutrinas defendidas por uma brilhantíssima pleiade de escritores que formam a mais notável escola portuguesa de direito público.

Pois bem: dentre êles, não quero deixar de citar dois nomes demonstrativos da benignidade do governo castelhano e do grande amor que tinham a Portugal: dois padres, ambos doutores de Coimbra, que, em Espanha escreveram defendendo as doutrinas da Restauração. São êles os Drs. Fr. Serafim de Freitas e João Salgado de Araujo.

Serafim de Freitas, lente em Valhadolid e frade da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, é autor duma calorosa apologia do poder do Pontífice sobre as coisas temporais, a propósito da liberdade dos mares. A respeito do seu «De justo império Lusitanorum Asiático» escrevia o erudito Visconde de Santarém que era «um for-

tíssimo manifesto contra Castela «mostrando bem» como a revolução de 1640 se preparava muitos anos antes» (o livro é de 1625). E o Visconde continúa: «Não deixa de sêr curiosa, entretanto, a circunstância de o governo espanhol consentir na impressão da obra e tanto mais que o A. era lente de cânones na Universidade de Valholid». (*Inéditos*, p. 200).

Que diria o eminente geógrafo se soubesse que o governo espanhol tinha em grande conta o frade português, rodeando-o de atenções e premiando-lhe os serviços!

Quanto ao Dr. Salgado de Araújo, abade de Pera, diz dêle D. Francisco Manuel que era «de ingenho agudo e ânimo atrevido de tal sorte, que fazia virtude de se opôr aos fortes e fulminar contra êles». Pois estando em Madrid e nas boas graças do Rei, escreveu em espanhol a «Ley Regia de Portugal» onde defende as doutrinas que acima referimos, ilustrando o seu livro com numerosos exemplos tirados da vida dos Reis de Portugal que logo de inicio elogia grandemente, afirmando nunca ter havido em Portugal um soberano absolutamente máu, coisa de que nenhuma outra nação se poderia gabar. E a obra correu, e chegou até nós...

A Revolução de 1640 preparou-se, portanto, num ambiente de larga tolerância e com inteligência e ponderação. Mas, meus senhores, quem conhece as multidões e a sua psicologia especial, assunto apaixonante e cujo conhecimento é precioso aos condutores de homens, sabe que não são as doutrinas, as construções científicas, os princípios reflectidos e secamente formulados que podem fazer uma Revolução.

Uma Revolução exige qualquer coisa mais: exige um estado de espírito especial, exige entusiasmo e fé. Se os doutores da Revolução justificaram sábia e abundantemente para o escól da sociedade portuguesa o passo que se ia dar, foram os padres, principalmente os jesuitas e os frades de Alcobaça que levaram o povo à expulsão dos Filipes. Porque maneira? Criando mitos.

Teoria dos mitos. O Sebastianismo. O milagre de Ourique e as Côrtes de Lamego

Foi Georges Sorel, sindicalista revolucionário francês e um dos mais belos espíritos que a França tem tido nos últimos anos, quem, em páginas cheias de colorido e de talento, criou a teoria dos mitos, hoje já um precioso elemento para a interpretação da história.

A História, meus senhores, tem sido vítima de toda a espécie de atentados, conscientes e inconscientes, resultantes da visão errada de espíritos simplistas que tudo resolvem facilmente, e da deturpação propositada daqueles que a convertem em instrumento dos seus ódios ou em serva das suas ambições.

Eu recordo a indignação retumbante de certo professor de História que tive nos meus tempos do liceu, ao falar na *falsificação* despudorada e torpe dos frades de Alcobaça. As patranhas da "Monarquia Lusitana" eram apregoadas em tom escarninho e com comentários destinados a fazer rir. Eu tinha então por Fr. Bernardo de Brito e pelos seus continuadores um desprezo imenso, um desprezo sobranceiro, de homem de bem ofendido pela prática à sua vista, dum acto digno de eterna reprobção...

E no entanto, reconheço hoje que essas mentiras piedosas foram um dos mais poderosos elementos para a Restauração.

As Revoluções, disse eu já, não se fazem com tratados de direito. Então... é necessário, diz Sorel, fazer apêlo a conjuntos de imagens capazes de evocarem em blóco e apenas por intuição, antes de qualquer análise reflectida, a massa dos sentimentos que estão comprometidos na luta que se quer travar. Êsses conjuntos de imagens são-nos fornecidos pelo *mito*, construção que se ergue num futuro indeterminado, mas que passa a constituir a preocupação constante do povo, do partido ou da classe que'o adopta. E Sorel exemplifica

com a parúsia dos cristãos—exemplo que, claro está, não nos serve —e com a greve geral dos sindicalistas revolucionários:

Ora, meus senhores, que foi o Sebastianismo senão um mito, exactamente nas condições em que o define Sorel, isto é, uma representação psíquica «graças à qual a razão, as esperanças e a percepção dos factos particulares parecem constituir uma unidade indivisível?» (*Réflexions sur la violence*, p. 181).

Que é, afinal, a história da promessa de Ourique aproveitada e propagada na Restauração? (1) Que são as frases heróicas dos cavaleiros de Santa Maria de Almacave e os seus protestos violentos? O que é o sonho do Quinto Império?

Tudo isto, meus senhores, constitue o elemento que imediatamente actuou com eficácia na alma popular, trazendo como consequência a restauração de 1640. E' que lá dizia o Bandarra:

*Sáia, sáia êsse infante
Bem andante
O seu nome he Dom João...*

Conclusão: Portugal e a Espanha

E' tempo, porém, de terminar. Foquei apenas, neste despretencioso arrazoado, alguns dos mais interessantes assuntos que ao estudioso são sugeridos pela data que se comemora hoje. Resta-me dizer-vos qual o meu pensar quanto ao caracter das relações que devem unir Portugal à Espanha.

(1) O milagre de Ourique não estando reconhecido pela igreja, pode ser, sem sombra de heresia, considerado como um mito na história.

A 24 de Setembro um jornal francês publicava a seguinte local:

La Société des Nations, d'après Buré, a l'*Avenir*, aura pour mission de sanctionner la loi du plus fort:

On sait que l'Allemagne, purifiée par le baptême genevois, peut dorénavant prétendre à l'obtention des mandats coloniaux. Prudente, elle n'a point encore fait valoir ses droits, mais elle ne les laissera pas pescrire, on peut en être convaincu. Qu'elle ait seulement pris racine à Genève, et vous verrez comme elle mènera rondement son affaire!

Mais où trouver des terres libres?

Le Portugal sera, si l'on en croit le *Manchester Guardian*, offert en holocauste au salut du Reich. Voilà qui fera perdre toute gaieté aux compatriotes de Camoëns! Leurs représentants à Genève ont d'abord cru que la nouvelle était sans fondement; mais ils sont allés aux renseignements et «leur enquête, nous dit notre ami Maurice Muret, dans la *Nation belge*, ne les a pas rassurés». Dame, ils peuvent tout craindre de leurs chers alliés britanniques. La *Manchester Guardian* ne fait en somme que reprendre le vieux projet du très pieux et très loyal lord Grey qui, à la veille de la guerre, proposait déjà à Berlin, en signe d'alliance, le partage du domaine colonial des Portugais — «peuple de régicides et d'athées», indigne de toute considération. Le marché fut jugé «insensé» par le Kaiser lui-même qui traita de «vieille femme» son ambassadeur à Londres, prêt à le conclure.

Ross e Schultz, propalavam nos seus relatórios canalhas, acusações infundadas e tendenciosas.

Nada de novo vos direi. Eu desejaria pôr diante dos olhos de cada um de V.^{as} Ex.^{as} êsse maravilhoso livro cheio de alma que é a «Aliança Peninsular». Nêle, António Sardinha, meu muito querido e amado mestre, põe o problema com a clareza de sempre e resolve-o com um sentido maravilhoso de realidade e de verdade.

De facto, meus senhores, há um equívoco velho entre as duas nações peninsulares. Elas que cumpriram uma mesma missão apostólica, que tiveram em dado momento da civilização um mesmo papel cultural, e um mesmo destino histórico, encontram-se espiritualmente divorciadas por antigas questões, por velhos dissentimentos.

Cada uma das nações independente e livre, sem nenhuma espécie de limitação politica; mas ambas cooperando numa mesma grandiosa tarefa, que Oliveira Martins entrevia nas ultimas páginas da sua *História da Civilização Ibérica* — eis o nosso ideal.

Deixámo-nos prender, demasiadamente, pela França, país de onde até hoje só nos veio perdição, e que, a quando das guerras napoleónicas nos fez mais dano com o barbarismo dos seus exércitos e a corrupção das nossas instituições, do que 60 anos de rei Castelhana. Parece-me agora ouvir a queixa dorída de Ruben Dário:

*Bebiendo la esparcida saíva franceza
Com nuestra bôca indígena semi-española
Dia a dia cantamos la Marselleza
Para acabar danzando la Carmañola.*

Dia a dia se vão afrancezando mais os nossos usos, os nossos costumes, as nossas palavras, os gôstos, as idéias e as almas; Imitamos servilmente os costureiros franceses, no corpo e no espírito. E a França é um país desorganizado e desorientado, turbulento e errante, à espera que o Senhor se compadeça dêle para de novo o fazer o instrumento da sua vontade. Entretanto, perdem-se lá todas as virtudes individuais e sociais, esquecendo-se todos os dias os ensi-

namentos cristãos. A França afoga-se em literatura exclamando numa última atitude: *Qualis artifex pereo!*—Que artista vai morrer!

Mais perto de nós, a Espanha renasce poderosamente. Lá, afirma-se como há três séculos o espírito católico, de submissão incondicional à Igreja e ao Papa. Não nos esqueçamos que no século XVII os escritores peninsulares, Suarez à frente, defendiam a teoria da origem popular do poder para servirem o Papa contra os Reis que pretendiam impôr a Reforma aos seus súbditos, isto não obstante sêr a Espanha uma monarquia que êles prezavam e amavam como nos seus escritos mostram. Foi a Península a pátria da Escolástica e é aos dois povos peninsulares que está reservada de novo a grande missão de restaurar as nações em Cristo.

Há ainda quem tenha herdado das gerações românticas o mêdo pavoroso de que a Espanha tente absorver-nos. Há ainda quem nos fale seriamente e com sentida indignação no "perigo espanhol". E há ainda, cá e lá, quem amadureça o plano de uma União Ibérica.

Quanto a êstes últimos, enganemos as suas esperanças afirmando sempre e em toda a parte com altivez que sômos e seremos livres até à consumação dos séculos. Mas não lhes dêmos demasiada importância, porque a não têm.

E pelo que diz respeito aos primeiros, ofereçamos à meditação dêles uma página sensata de António Sardinha que V.^{as} Ex.^{as} me permitirão que leia para concluir:

"Cuido desonroso para nós, admitir quaisquer violentos intuitos de conquista por parte da Espanha. E desonroso para nós, porque concebe-los significa nenhuma confiança na vitalidade e no génio próprio de Portugal. Se êsse patriotismo tumultuario e tantas vezes retórico, que cifra o penhor da nossa independência na irreductibilidade e no antagonismo com a Espanha quisér reflectir um pouco, achará sem custo que à Espanha actual, mesmo que se lhe tornasse possível, a conquista ou a incorporação de Portugal não lhe convinha de maneira alguma. Não se anula pela força das armas a heran-

ça solidíssima de oito séculos de existência autónoma, com uma história, uma literatura e uma capacidade de resistência, como a de Portugal. A Espanha moderna, nas várias tendências centrifugas que lhe ameaçam a unidade, possui já bastantes agentes dissociativos para que haja de lhes multiplicar a força, metendo-se numa aventura que lhe seria inteiramente fatal. Não! O que à Espanha convém, o que à Espanha se impõe como exigência impreterível para recuperar a sua perdida supremacia é o acercamento, é o abraço fraternal comnôscos. Quem o entende de forma diferente fecha-se aos conselhos da inteligência e às indicações do patriotismo sensato».

Tenho dito.

Explicação necessária

O singelo e despretencioso discurso que aí fica chamou a atenção de várias pessoas zelosas da integridade nacional; deu mesmo origem a um artigo do snr. conselheiro Fernando de Sousa, na *Epoca*, e a uma subsequente troca de explicações em que tudo se esclareceu.

Parece-me bem declarar aqui, que, apesar de admirador fervoroso da moderna Espanha e principalmente da futura Espanha, repudio qualquer combinação política entre as duas nações peninsulares tendo por objecto constituir uma «União ibérica» sob qualquer das formas de «monarquia dualista» ou «républica federativa».

Com um acento perfeitamente quichotesco aconselho no discurso discutido a que respondamos aos iberistas com a altiva declaração de que Portugal será livre até á consumação dos séculos. Assim o creio na minha fé nacionalista e na minha convicção de que se operará uma reforma intelectual e moral na gente portuguesa. Nem outra coisa eu podia dizer no dia 1 de Dezembro ou noutro qualquer dia, depois da resposta insofismável que dei ao inquérito do *Jornal do Comércio e das Colónias*, que este número reproduz.

Fiquêmos, portanto, entendidos: grande admirador da Espanha, e, principalmente da cultura espanhola; partidário de uma aliança peninsular tal como a queria António Sardinha; mas português acima de tudo, consciêntemente português, devotadamente português.

De fôrma que, ainda desta vez não houve traição. Podem calar-se os gansos do Capitólio do Largo de S. Domingos — firma "Guerreiro & Gala" salvo êrro...

Marcello Caetano.

"Ordem Nova" no Brasil

Emquanto os jornais portuguezes mal anunciavam o aparecimento da nossa revista, no Brasil a *Ordem Nova* teve um acolhimento carinhoso, conforme o demonstra o admirável artigo que a seguir transcrevêmos e que é devido à pena do nosso querido camarada e amigo Dr. Mário de Albuquerque.

O País, jornal de que êste nosso amigo é colaborador e que tanto deve a seu pai, o Sr. Dr. Alexandre de Albuquerque, actualmente entre nós, é, sem favôr, um dos mais brilhantes e completos diários do Rio de Janeiro. Nêle colabora a parte mais selecta das *élites* brasileiras e os seus processos tornam-no distinto da papelada confusa a que vulgarmente se chama «a Imprensa».

Agradecendo a Mário de Albuquerque as boas palavras que teve para nós, rejubilamo-nos por podermos proporcionar aos nossos leitores a sua colaboração, embora forçadamente conseguida...

O VENENO MÚSICAL

De mistura com algumas graves revistas juridicas, trouxe-me o correio hoje o primeiro número duma curiosa publicação de estudos sociais e políticos, acentuadamente *anti-moderna*, por *ultra-moderna*

como diria a sabedoria philosophica de Jacques Maritain. Como lemma de combate, legenda mystica, traz a palavra rutila de S. Paulo aos romanos: *não queirais conformar-vos com este seculo. mas reformai-vos em a novidade do vosso espirito.*

E' dirigida pela mocidade entusiastica de Marcello Caetano, a quem a historia de Portugal deve já um paciente trabalho sobre frei Seraphim de Freitas, o universalmente celebre defensor do *justo imperio lusitanorum asiático* contra o doutrinarmismo protestante do *mare liberum* de Hugo Grotius.

Escrepta ao rhythmico ardente do sangue moço, com paixão e esperança, vem impregnada de uma mystica aggressiva. Só pela guerra se consegue a grande paz fecunda. E' pallida a mocidade que transige. Nada mais enfermício de que certas piedades.

Eu, que tenho um ancestral respeito pela força, applaudo esta viril attitude.

A sua orientação está marcada num título audacioso (por que não dizel-o?), dum exhibicionismo chocalhante e juvenil que revela força, alegria e frol:

— «Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democratica, anti-burguesa e anti-bolchevista ORDEM NOVA contra-revolucionária, reaccionária, católica, apostólica e romana, monárquica, intolerante e intransigente, insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa».

Com energia proclama a guerra de morte contra todos os limphatismos dissolventes. E' preciso reviver o quiritarico espirito de antigamente.

Olhos fitos na moderna renovação escolastica, esta pleiade juvenil defende antes de tudo a ordem espiritual que é primeira de todas as ordens. Com razão se revolta, virilidade moça, contra a romantismo sob as suas multiplas formas — romantismo religioso, romantismo

mo politico, romantismo social, romantismo literário, romantismo economico. O romantismo é a perda do equilibrio logico, dando lugar a uma completa perversão sentimental e a um feroz egoismo individualista.

Nesta orientação, proclama a fallencia do Senhor dos Passos — O Senhor dos Passos da Graça, da piedade elegante. Desassombradamente estigmatiza o mysticismo mundano accumulado languidamente em volta de Santa Thereza do Menino Jesus. A solemnidade augusta do culto não é compativel com as *devoções dolico-doces* desta religiosidade amaneirada e feminina.

Mas o meu proposito é salientar as paginas originaes a que o meu amigo Domingos de Gusmão Araujo deu o picaresco titulo de *O diabo feito musico*, porque definem maravilhosamente uma idéa que em mim germina ha muito tempo: — a musica é um dos grandes venenos modernos e, por conseguinte, torna-se urgente uma reacção anti-musical.

O predominio do sentimento plastico — tão notavel na idade antiga sob o claro olhar de Pallas Atheneia — revela um genio nobremente espirital, um ditoso equilibrio animico; ao contrario, o predominio do sentimento musical — evidente hoje — traduz sob a apparencia de idealismo desvairado um naturalismo orgiaco.

O *plastico* representa intelligencia, serenidade, força — é masculino; o *musical* indica sensibilidade, delirio, languidez — é perversamente feminino. Emquanto o *plastico* triumphha nas idades haroicas, e nas grandes civilizações creadoras, o enervamento musical enlaça todas as decadencias.

Na Terra-das-Estatuas calou-se o riso apollineo, ouve-se o thyrso acompanhando num rhythmo barbaro a allucinação das bachantes. O claro genio da Arcadia degenerou num mysticismo torvo e sensual. Tudo é vertigem. Perdeu-se para sempre o nobre espirito heroico que concebeu a columna dorica «o hercules da architectura», durante os jogos de força em honra de Apollo, symbolo da idéa. Esta

dégenerescencia revela com nitidez a victoria do genio musical sobre o espirito plastico.

Evoco este quadro de desorganização, porque á distancia, numa outra sociedade, o phenomeno se torna mais visivel. Além disso, o genio grego é o genio plastico por excellencia: idealismo, ordem, força, serenidade.

O plastico está na base das masculinas civilizações mediterraneas, e divorciado por completo do Oriente feminino que gerou sempre, numa exuberancia musical, o *plastico absurdo*.

O problema musical não é mais do que um aspecto da grande *insurreição feminina*, já uma vez por mim denunciada nestas mesmas columnas.

Modernamente o sensualismo musical, envolvente e corruptor, domina o espirito. A razão perdeu-se nos desvios duma sensibilidade desvairada. «A nova idade—escreve, no seu feliz ensaio, Gusmão Araujo—ajoelha diante do *desmaterializado* e sob esse *desmaterializado* vão caminhando rios de materialidade. O paradoxo é flagrante. Dir-se-ha que o material é inimigo do espiritual, no que vai colossal engano. O *desmaterializado* é o verdadeiro inimigo do espiritual».

Cada vez é mais imperiosa a necessidade de reviver o grande espirito claro e forte, traduzido estheticamente pela victoria do *plastico*.

A propria musica reclama essa orientação, para de novo se erguer como na época das cathedraes, até ao nobre esforço espiritual do canto gregoriano—do verdadeiro, que os beneditinos com benedictina paciencia têm resuscitado milagrosamente, e não dessa deturpação languida e futil que estamos habituados a escutar.

Compreende-se o respeito de S. Thomaz d'Aquino pela musica, assim vasada nos moldes do sentimento plastico. Então «segundo o espirito da escolastica—escreve Paulo Landormy, na *Histoire de la Musique*, manual ao alcance de toda a gente—a creação musical era considerada mais como obra da razão de que da imaginação ou do

sentimento». Aprendia-se a musica ao mesmo tempo que arithmetica, a geometria e astronomia, disciplinas essencialmente logicas.

Separada da razão, a musica tornou-se como o opio, a morfina e a cocaína, um perigoso dissolvente de energia. Ergue paraizos artificiaes, luxuriosos e sem consistencia — todo um universo rubro de peccado.

Embriaguez maldita, loucura tragica! Aperta-nos o gemido dos violinos numa emoção toda carnal.

Devia ser ao som da musica que o diabo tentou Eva, nas orvalhadas manhãs do Paraíso. Esqueceram-se os homens desta tentação. E hoje, como nesse primeiro dia desgraçado, a musica continua a ser a voz do tentador. Corrompe como um sopro calido de inferno.

Toda a esthetica contemporanea soffre de musicalismo. Afilam-se, num tremulo musical, as antigas linhas da esculptura e do desenho.

Em literatura, por exemplo, esse predominio é claro; depois da nobreza architectural da Idade Classica, pondo de parte o episodio pictural do realismo, e o interregno estatuario dos parnasianos, só vemos musicalidade.

Quasi sempre, o rhythmo musical abandonado a si mesmo, é inimigo do sagrado rhythmo interior. Sagrado, sim, porque nelle se firma a salvação.

Tudo vertigem e sensualismo. Não se esqueceu a summa sabedoria de Pio X (reparai, catholicos!) de frizar o perigo dessa *arte fluctuante e de si mesmo variavel*. A musica dominadora, porque gera um mysticismo dionysiaco, fermentação á tona das sociedades ainda mergulhadas no naturalismo primitivo, quando não, das civilizações tocadas de requinte, é inimiga do verdadeiro mysticismo, heroico, idealista e christão.

Voltaremos á idade do ouro, sob a victoria do genio plastico. Então, uma tranquillidade, divina e forte encherá as almas, robustecendo-as para as grandes empresas creadoras.

E, sob o olhar de Deus, morrerá o grito maldito e subversivo de Beethoven: *«Eu sou um novo Baccho, que vindima um vinho embriagador da humanidade»*.

Mario de Albuquerque.

Portugal, vasto Império

Um dos directores da nossa revista foi convidado a responder a um inteligente inquérito aberto no *Jornal do Comércio e das Colónias*, pelo nosso amigo e antigo redactor de *A Monarquia*. sr. Augusto da Costa.

Como os leitores verão, na resposta procura-se quanto possivel traduzir o sentir e o pensar do grupo da *Ordem Nova*. E porque assim é, julgamos interessante para a documentação da nossa acção, transcrevê-la juntamente com os comentários do sr. Augusto da Costa que, por sua vez, nos sugerem outros comentários que a falta de espaço nos impede de fazer.

Agradecendo ao sr. Augusto da Costa a gentileza da sua atenção e das suas palavras, manifestamos-lhe também o nosso aplauso pela iniciativa patriótica e inteligente que teve.

«PORTUGAL, VASTO IMPÉRIO»

UM INQUÉRITO NACIONAL

Depoimento de Marcelo Caetano, director da "Ordem Nova"

São chamadas a depôr neste inquérito, não sòmente as pessoas já de nome feito e de capacidade reconhecida, mas também aquelas que amanhã, logo, dum instante para o outro, podem manifestar o seu valor, firmar o seu nome, marcar a sua personalidade.

Uma outra razão havia ainda para que Marcelo Caetano fôsse ouvido: a sua qualidade de director da revista "Ordem Nova". A "Ordem Nova" é uma tribuna de onde se fala ao público, é uma trincheira de idéias onde se combate com ardor e inteligência. Ora, independentemente de todas as razões individuais que justificam a audição de tais e tais pessoas, há ainda uma outra: a posição que essas pessoas ocupam perante a opinião pública. Se outras razões não houvesse, esta última bastaria para que Marcelo Caetano fôsse ouvido neste inquérito.

A PRIMEIRA PREGUNTA

A' primeira pergunta do nosso questionário:

(1—Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que ha de seguir-se à Edade Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?)

Marcelo Caetano responde:

"Não seria próprio da minha mocidade, do meu desejo de vencer e de consagrar à causa nacional o melhor do meu esforço, negar que Portugal guarda em si a vitalidade necessária para ser de novo uma potência respeitada e ouvida no concerto internacional.

"Digo-o confiado inteiramente na minha geração. E' aí que está a grandeza de Portugal, no seu desejo de bem servir, na sua ansia de acção inteligente, na energia com que defronta com os velhos idolos, com as fórmulas mortas, disposta a passar-lhes por cima para construir um novo mundo onde os princípios eternos tenham lugar em corações novos e sejam servidos por novas palavras e traduzidos em novas acções.

"Há uma afirmação de força e de virilidade na iconoclastia das novas gerações. Mas há também uma afirmação de inteligência no seu esforço construtivo. Inteligência, força e virilidade, eis o que

caracterisa as camadas novas, que me autorizam a responder ao primeiro quesito: Portugal guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar duma grande potência».

AFIRMAÇÃO DE FÉ

E' consolador ouvir uma geração afirmar por tal fôrma a sua fé nos destinos nacionais. Porque a geração nova pensa, realmente, assim. Não é de hoje nem de ontem, esta afirmação de fé. Vem de mais longe: vem do momento em que, à volta de 1914, edificada pelo exemplo pavoroso da guerra, a gente nova de Portugal começou a examinar as causas do desequilíbrio mundial, e a relacionar a crise portuguesa com as causas dêsse desequilíbrio. Dessa análise resultou um profundo exame de consciência, e uma completa renovação mental. A gente nova, guiada por novas doutrinas, afirmou a sua fé nos destinos da sua Terra; e na medida em que essa "gente nova", recém-saída das escolas, se fôr tornando, dia a dia, nos homens dominantes, e ocupando os pontos nevrálgicos da sociedade portuguesa, política e socialmente falando, Portugal irá ganhando outras tantas possibilidades de se restaurar, de se engrandecer, e de se reabilitar no conceito europeu.

SEGUNDA PREGUNTA

II—Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia?

Resposta de Marcelo Caetano:

«Incontestavelmente que Portugal, senhor de vários domínios coloniais, tem direito a ser considerado uma grande potência europeia. A sua língua é falada por muitos milhões de homens que estão sob a sua autoridade e recebem por seu intermédio os benefícios da cultura e da civilização europeias. Portugal é ainda hoje um dos grandes educadores dos povos, uma nação mãe de muitas nações.

Porque não tem, pois, o respeito que lhe é devido da parte dos outros países? A causa do quasi desprezo a que o têm votado, devemos buscá-la na desorganização da sua política interna e na falta de plano e de continuidade na sua política colonial. Insuflar o espírito é muito: formar nacionalidades é grandioso; educar povos é admirável. Mas nada disto é completo e prático se não se fomentar também o progresso material das colónias, o seu desenvolvimento económico. Ao esquecimento desta verdade se deve o não termos o respeito que nos é devido pelos outros países, como terceira potência colonial do mundo».

A pureza da observação dispensa-nos de a comentar. E' realmente assim. O quadro está exacto, as causas do mal são, na verdade, as que ficaram apontadas. Adiante, pois.

TERCEIRA PREGUNTA

III—Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no conceito europeu?

Atenção à resposta:

«A mais delicada de todas as respostas é, incontestavelmente, esta. A pergunta se Portugal sem colónias perderia toda a razão de ser como povo independente no concerto europeu, pode ser tomada em dois sentidos: no primeiro sentido equivaleria a perguntar se Portugal existe por um acaso favorecido pelas circunstâncias e, portanto, se desaparecidas essas circunstâncias deveria desaparecer Portugal, isto é, dado o facto de Portugal não ter razão de ser como nação e existir como Estado independente apenas porque tem colónias, a perda das colónias equivaleria *ipso facto* à eliminação de Portugal da carta da Europa; em segundo sentido, significaria apenas que a perda das colónias nos tiraria toda a independência diplomática, seria a perda da nossa voz como Nação que vive por si, pode e quer.

«Se a pergunta é feita no primeiro sentido eu respondo afoitamente que não. A razão de sêr de Portugal não está nas colónias mas na diferenciação geográfica, étnica e histórica que o separa do resto da Península. Antes dos descobrimentos já as cinzas de muitos milhares de portugueses tinham tonalizado caracteristicamente este retalho da Espanha que a natureza dotou diferentemente do resto. Ainda que transitòriamente, e mais por ineptia dos governantes do que pela perda das colónias, nós caíssemos em poder de estrangeiros, nunca deixaria Portugal de ser uma nação pronta a ressurgir como Estado independente.

«Se é feita no segundo sentido, responderei — talvez. Ligo uma grande importância à política interna e creio que se tomasse um caminho dignificante e de regeneração, se se buscassem alianças e apoios fóra da Inglaterra, talvez pudessemos protestar bem alto contra a violência sofrida. Mas, note-se bem, este *talvez* é um resto de ingenuidade. Se por nosso mal perdessemos as colónias, a desorganização interna seria a mesma ou peor que anteriormente, após uma curta erupção de patriotismo retórico e de inflamada indignação. A perda das nossas colónias? Seria o caos...»

DESTINO NOBRE

Evidentemente, a perda das colónias seria o caos, — em primeiro lugar; e seria, em segundo, o que já aqui ficou dito, e mais adiante terei ocasião de repetir. A desorganização interna, que já hoje permite que nos meios diplomáticos interessados se admita a eventualidade da perda das colónias portuguesas, agravar-se-ia com essa «curta erupção do patriotismo retórico e de inflamada indignação»; se já hoje abundam os salvadores do país, os apóstolos da redenção nacional, está bem de vêr que esses salvadores se multiplicariam como os cogumelos. Cada salvador, cada *complot* revolucionário. Chegariamos, em nome da salvação nacional e dum patriotismo impre-

vidente, à situação dos países mais anarquizados da América Central.

Devo declarar agora a Marcelo Caetano que, evidentemente para mim, Portugal não deve a sua independência às colónias; quero dizer não é por ter colónias que Portugal é uma nação perfeita, caracterizada, definida. Não. Portugal é, porque é, e porque o era antes mesmo de se lançar na sua vasta obra apostólica, de descoberta e civilização. Tampouco, se perdesse as colónias, deixaria de ser a nação que é: simplesmente (e já tive várias oportunidades para o frizar aqui) simplesmente as asas do seu futuro, que deve ter larga envergadura, ficariam quebradas, quebrado ficaria o seu destino.

Com colónias, melhor, com *provincias ultramarinas*, como Afonso Lopes Vieira acentuou, no seu depoimento, a nação portuguesa tem diante de si a estrada de um destino que é nobre: continuar a sua obra apostólica de criadora de povos: sem as províncias ultramarinas, essa estrada ser-lhe-ia barrada; a mesma nação portuguesa ficaria limitada a viver dos favores da sua situação geográfica, envolta a sua miséria num vasto manto dourado.

Eis, pois, o significado atribuído à minha interrogação, quando perguntei se sim ou não Portugal, sem colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no conceito europeu.

QUARTA PREGUNTA

IV — Sim ou não o moral da nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impôr aos políticos uma política de grandeza nacional?

Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

Eis a resposta:

«Acredito pouco na formação duma «mentalidade colectiva» irmã gêmea da «soberania nacional» e da «opinião pública».

«Quanto a mim o remédio é este: a par da propaganda intensa a acção dirigida no intuito de alcançar o poder para uma minoria inteligente realizar aquilo que vagamente a grande massa poderá apoiar, mas não compreender. Mais claramente: pedir ao povo o sentimento, o ambiente que facilite a obra daqueles que plenamente conscientes da sua missão se proponham a restituir a Portugal a grandeza que os políticos lhe tiraram.

«Eu não espero nada dos políticos. Espero, sim, duma política nobre servida por homens dignos. Livro, revista... acho-os uteis para chamar a atenção dos homens de escól para o problema. Mas que os que já se interessam por êle ha muito e para êle acharam soluções, busquem pô-las em prática no ambiente novo em que vivemos, sem as peias da politiquice e os embaraços da verborreia estéril do Parlamento».

Tambem eu, reaccionário impenitente (e Deus sabe se o reaccionarismo de Marcelo Caetano não ficará àquem do meu! — também o autor destas linhas não acredita na «opinião pública», nem na «soberania nacional» (melhor diríamos, neste caso, «do povo»...) pelo menos tais como elas são vistas pelo critério democrático do Número; mas o meu scepticismo não vai tão longe que duvide da existência duma «mentalidade colectiva», que é como quem diz (*cela va de soi...*) um ambiente propício para a eclosão e para a manifestação duma política rasgadamente nacional e nacionalista.

MENTALIDADE COLECTIVA

Em todos os povos civilizados, democráticos, como os franceses, individualistas como os americanos, liberais como os ingleses, reaccionários como os alemães, em todos êles, precisamente porque são civilizados, gosando duma cultura geral para nós desconhecida, essa

consciência ou esse ambiente colectivo existe. Evidentemente, chamei-lhe «mentalidade colectiva», por simples comodidade de expressão: a frase estava feita, era só metê-la sobre o papel. Chamemos-lhe, antes, porém, «estado de espírito», e ficaremos de acôrdo Marcelo Caetano e eu, como de acôrdo estamos em tudo quanto diz respeito aos politicos.

Augusto da Costa.

ERRATA

No primeiro éco da secção «Pensamentos, Palavras & Obras», Dies irae... deve lêr-se o seguimento da pag. 301 em pag. 312 que, por êrro de paginação, ali foi colocada.

Desculpem-nos os nossos assinantes e leitores bem como o atrazo com que saem estes dois fasciuculos.

EXPEDIENTE

Condições de assinatura

	6 números	12 números
Continente, Ilhas e Espanha	12\$50	24\$00
Colónias portuguezas	—	36\$00
Estrangeiro.	—	40\$00

Número avulso: 2\$50

Para os assinantes da *Nação Portuguesa* e eclesiásticos, no Continente:

6 números: 10\$00

12 números: 20\$00

As assinaturas não pagas directamente à Administração sofrem um aumento de *um escudo* para despesas de correio. As despesas de cobrança das assinaturas das colónias e estrangeiro são de conta dos srs. assinantes.

A todos aqueles para quem enviamos a revista e não a queiram assinar pedimos a fineza de a devolver no mais curto prazo de tempo. Aos que a não devolverem manda esta administração cobrar, em todos os períodos de cobrança, as assinaturas em dívida. Rogamos, porém, a todos os srs. assinantes que tenham as suas assinaturas em atraso o favor de as liquidarem prontamente, a fim de nos evitarem maiores prejuizos.

Toda a correspondência relativa a assuntos de Administração deve ser dirigida para o

Largo do Directório, 8, 3º.

LISBOA

